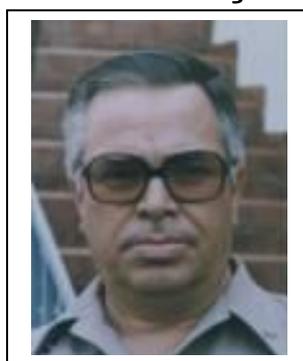


O EXÉRCITO NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA



Cel Claudio Moreira Bento

Historiador militar e também jornalista e ex- comandante do 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajuba-MG 1981-1982 e um dos historiadores da Arma de Engenharia e da Academia Militar das Agulhas Negras .Presidente e Fundador da Academia Canguçuense de História(ACANDHIS) e sócio benemerito do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército. O autor e Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia. declarado em 15 de fevereiro de 1955 Turma Aspirante Mega. Foi instrutor de História Militar na AMAN em 1978-1980.Fundou e preside desde 1º de Março de 1996 a Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) desde então acolhida pela AMAN em suas instalações. Natural de Canguçu onde nasceu em 19 de outubro de 1931, entre as revoluções de 30 e 32 que empolgaram Canguçu.Estudou no Colegio N.S Aparecida 1938-1944, durante periodo que coincidiu com a 2ª Guerra Mundial.

Esta trabalho foi digitalizado para ser colocado em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB , doado a AMAN em Boletim Interno e a ser integrado no Programa Pérgamo de biblioteas do Exército

Cláudio Moreira Bento

O Exército na Proclamação da República



Contribuição do SENAI ao Centenário
da República Brasileira
1989

Capa:

Quadro Proclamação da República, de Benedito Calixto, do Acervo da Prefeitura Municipal de São Paulo, SP. Vê-se, à direita, o portão do Quartel-General e, acima dele, a Secretaria de Guerra, onde o Gabinete Ouro Preto, ali reunido, foi deposto pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

**O
EXÉRCITO
NA
PROCLAMAÇÃO
DA
REPÚBLICA**

A numeração de páginas é do livro original e serve para localizar próximo, o assunto no livro digitalizado

Contribuição do SENAI ao Centenário
da República Brasileira

1989

SUMÁRIO

O EXÉRCITO NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Índice de Gravuras	8
Nota Explicativa	9
Apresentação	11
Introdução	13

PRIMEIRA PARTE

A DOCTRINA DO EXÉRCITO NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

ASPECTOS BÁSICOS

Campo da Organização	20
Alto Comando	20
Ministro da Guerra	
Ajudante-Coronel do Exército	21
Quartel-Mestre General	
Corpos Especiais	22
Repartições	23
Escolas	23
Arsenais e Laboratórios	24
Fábricas	24
Laboratórios	25
Hospitais	25
Comando das armas, tropa do Exército e sua articulação territorial	25
Guarnição do Exército da Corte e do Rio de Janeiro	25
Comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul	26
Comando das Armas da Província de Mato Grosso	28
Comando das Armas da Província de Pernambuco	28
Comando das Armas da Província da	

Bahia	28
Comando das Armas da Província do Pará	29
Comando das Armas da Província do Amazonas	29
Guarnições militares provinciais	29
Brigadas do Exército	30
Comando Geral de Artilharia	31
Fortificações	31
Inspetores do Exército	32
Depósitos militares	32
Depósitos de pólvora	33
Auditorias	33
Colônias Militares e Presídios	33
Hierarquia (quadros, postos e graduações)	34
Campo do Equipamento	37
Uniformes	37
Armamento	37
Equipamento individual	41
Cavalos	41
Tabelas de dotação de equipamento	41
Anexo A — Uniformes do Exército	
Brasileiro e insígnias postos e graduações	43
Anexo B — Equipamento Individual do	
Combatente 1889	56
Anexo C — Foguetes a Congrève — gravuras	60
Campo da Instrução /Ensino	63
Motivação	66
Condecorações	66
Promoções	67
Disciplina	67
Justiça Militar	68
Artigos de Guerra	69
Outros estímulos	74
Comissão de promoções	74
Culto das tradições	74
Vencimentos	75
Campo do Emprego	76
Corrente do pensamento militar brasileiro —1881-89	77
Aspectos da vida na caserna — 1889	86
Fontes consultadas – 1º Parte	91

SEGUNDA PARTE

A GUARNIÇÃO DO EXÉRCITO DO RIO DE JANEIRO NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Residência do Mal Deodoro — 1889	92
Quartel-General do Exército (QG)	93
2º Brigada do Exército	95
1º Regimento de Cavalaria (1º RC)	95
2º Regimento de Artilharia de Campanha	96
9º Regimento de Cavalaria	96
Estrutura de Ensino Militar do	
Rio de Janeiro	97
Escola Superior de Guerra	97
Escola Militar da Corte	98
Escola de Tiro de Campo Grande	98
Atuação dos 7º Batalhão de Infantaria e	
do Batalhão de Engenheiros	99
7º Batalhão de Infantaria	99
Batalhão de Engenheiros	100
Fortalezas da barra do Rio de Janeiro	101
Fortaleza de Santa Cruz	101
Fortaleza de São João	102
Estrutura e apoio em Material Bélico —	
1889	102
Fábrica de Armas da Conceição	102
Arsenal de Guerra da Corte	103
Laboratório Pirotécnico do Campinho	103
Estrutura Assistencial do Exército —	
1889	104
Asilo dos Inválidos da Pátria	104
Imperial Colégio Militar	105
Estrutura de Saúde do Rio de Janeiro —	
1889	106
Hospital Militar da Guarnição da Corte	106
Enfermaria do Andaraí	107
Laboratório Químico Farmacêutico	
Militar	107
Associações de militares do Exército e	
Marinha - 1889	108
Clube Militar	108
Irmandade Santa Cruz dos Militares	109
Clube Naval	110
Participação da Armada (Marinha) na Proclamação da	
República - 1889	111
Ministério da Marinha	111
Arsenal de Marinha	112
Batalhão Naval (Fuzileiros Navais)	112
Corpo de Imperiais Marinheiros	113
Participação dos Corpos de Polícia e Bombeiros do	
Rio de Janeiro - 1889	114
Corpo Militar de Polícia da Corte	114

Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro	115
Corpo Provisório de Bombeiros da Corte	115
Anexo D - Questão Militar	116
Fontes consultadas – 2º Parte	118

TERCEIRA PARTE

O GENERALÍSSIMO MANOEL

DEODORO DA FONSECA – O

PROCLAMADOR DA REPUBLICA	122
DADOS DO AUTOR	131
PRINCIPAIS TRABALHOS DO AUTOR	135

ÍNDICE GRAVURAS

Uma visão do QG do Exército - 1889	17
Outra visão do QG do Exército - 1889	17
Campo de Santana - 1889	18
Aspecto do pátio do QG do Exército – 1889	19
Portão do QG do Exército (visto por trás) – 1889	19
Uniformes de oficiais generais (gala) — 1889	43
Uniformes de oficiais honorários — 1889	44
Uniformes de oficiais generais — 1889	45
Uniformes de oficiais — 1889	46
Uniformes de oficiais — 1889	47
Uniformes de praças - 1889	48
Uniformes de oficiais — 1889	49
Uniformes de oficiais dos Corpos Especiais — 1889	50
Uniformes de praças — 1889	51
Uniformes de praças músicos — 1889	52
Uniformes de praças — 1889	53
Uniformes de praças — 1889	54
Uniformes de alunos da Escola Militar — 1889	55
Insígnias de oficiais generais — 1889	56
Insígnias de oficiais e divisas de praças — 1889	57
Divisas de praças, brasão e capacete	58
Equipamento individual — 1889	59
Foguetes a Congrève — tipos	61
Foguetes a Congrève — estativas	62

NOTA EXPLICATIVA

1ª Parte

Trata da Doutrina do Exército na Proclamação da República, ou seja, como o Exército se organizava, se equipava, se instruía, se motivava e era empregado na época em que foi proclamada a República. É o que pensava!

Enfim, radiografia do todo para entender a atuação de sua parte, a seguir.

2ª Parte

Trata da atuação da Guarnição do Exército do Rio de Janeiro (Corte) na Proclamação da República, enfatizando o apoio que então recebeu da Armada (Marinha atual), das Polícias Militares da Corte e do Rio de Janeiro, do Corpo de Bombeiros e das associações militares, clubes Naval e Militar e Santa Cruz dos Militares.

3ª Parte

Focaliza o Marechal Deodoro na Proclamação da República e seus antecedentes.

*

* *

**"Nunca uma república foi proclamada
com tanto brilhantismo e tanta paz".**
(Província de São Paulo, São Paulo, 16 Nov 1889)

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, aqui ampliado com iconografia e matéria sobre o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, o Proclamador da República, foi classificado em 1º lugar, em concurso literário promovido em 1989 pela Biblioteca do Exército sobre o tema — **O Exército e a Proclamação da República**, prêmio Pandiá Calógeras, destinado a oficiais das Forças Armadas e Civis.

Através dele, a Confederação Nacional da Indústria se associa ao povo brasileiro na comemoração do Centenário da República, motivo justo de orgulho para todos nós.

Albano Franco
Presidente da Confederação Nacional de Indústrias

INTRODUÇÃO

Em 15 Nov, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente do Clube Militar, liderando tropas da guarnição do Rio de Janeiro (Corte) penetrou no QG do Exército, local do atual Palácio Duque de Caxias, no Campo de Santana, onde se reunia o Gabinete Ouro Preto. E como feliz desfecho de uma bem urdida, coordenada, sucedida e incruenta conspiração republicana, o Gabinete foi deposto sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. Assim, segundo Calmon, "Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro", proclamando a República, à tardinha, através do Decreto nº 1 do Governo que passou a presidir, regime consagrado mais tarde pelos Constituintes de 1891.

A República era idéia antiga desde a Colônia, quando teve seu momento maior na Inconfidência Mineira, liderada pelo alferes do Exército Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, hoje Patrono Cívico da Nacionalidade. Depois de 1822, entre as tentativas republicanas registre-se a República Rio-Grandense, única experiência republicana concreta entre nós, que durou quase 10 anos e surgiu em função da Revolução Farroupilha (1835-45), à qual aderiram maciçamente o Exército e a Guarda Nacional na Província do Rio Grande.

Em nossas lutas externas no Prata, em 1851-52, em 1864 e em 1865-70, tropas integradas por republicanos ex-farrapos lutaram pelo Brasil e, inclusive na última, sob as ordens do brigadeiro Antônio Neto, que liderou a vanguarda do Exército Brasileiro até Tuiuti, em 24 de Mai 1866. Nelas, oficiais do Exército e Armada entraram em contato com as repúblicas da Bacia do Prata. Muitos passaram a simpatizar com os ideais republicanos, tão difundidos nas Américas e no mundo e a propagá-los.

Ao fim da Guerra do Paraguai (1865-70), teve lugar em Itu-SP, o 1º Congresso Republicano. Daí para frente este anseio passou a empolgar os meios acadêmicos jurídicos, como a Escola de Direito de São Paulo, celeiro de grandes republicanos, e os acadêmicos militares, como as escolas Militar e Naval. Delas, através da Imprensa adepta da República, seus ideais passam a ter crescente expressão popular.

Enquanto a República avançava, a Monarquia havia se tornado um edifício em ruínas, sem que ninguém se dispusesse a consertá-lo. Segundo Joaquim Nabuco, "no fim do Império, havia mais coragem em alguém declarar-se monarquista do que republicano". Isto, em grande parte, é consequência das questões Religiosa e Militar, da AboÜção, da saúde abalada do Imperador e da indesejável perspectiva de um 3º Reinado. O movimento foi contra uma conjuntura política adversa, e não contra D. Pedro II, conforme assinalou o general Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde do Exército, irmão do Proclamador da República, em discurso no sesquicentenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando D. Pedro viajava para o exílio: "A retirada do Imperador não foi um castigo; foi consequência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem de coisas. Foi uma necessidade inevitável. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Saiu, porque não podia ficar. Não é um decaído. E antes um aposentado retirando-se com todas as honras e distinções".

A Questão Militar (1881-88) resultou de vários desencontros do Governo com a classe militar. Esta, pós-guerra do Paraguai, através de suas lideranças egressas da classe média, consciente de sua importância social e política. Com as mortes dos senadores Marechal Osório, em 1879, e do Duque de Caxias, em 1880, a classe militar passou a sinalizar o não atendimento pelo governo de aspirações justas, de natureza profissional, institucional e social, tornando aos poucos o Exército, segundo Eduardo Prado, "esquecido, mal organizado e desestimulado". Havia um grupo jovem, de major para baixo, sob a influência de Benjamin Constant, que era considerado republicano. Outro grupo, liderado por Deodoro, sonhava com uma atualização doutrinária do Exército,

em benefício de sua maior operacionalidade, em decréscimo deliberado desde a Guerra do Paraguai. Atualização impositiva, mas postergada pelo governo, o que estimulava a sua derrubada por este grupo como desagravo da força. Este sonho, acalentado pelo grupo de profissionais liderados pelo Marechal Deodoro, só começaria a ser concretizado a partir de 1896, por chefes militares filhos de líderes do Exército na Guerra do Paraguai, ou veteranos da mesma: Machado Bittencourt, Thomaz Cantuária, Medeiros Mallet, Hermes da Fonseca e Caetano de Farias, de ações administrativas relevantes na Reforma Militar (1896-1940), que arrancou o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados em Canudos, aos elevados demonstrados na FEB, na Itália.

Assim, em 15 de novembro de 1889, pela ação decisiva e providencial do Marechal Deodoro da Fonseca, com apoio expressivo da Guarnição do Exército do Rio de Janeiro (Corte), foi proclamada a República.

Sem Deodoro, com apoio expressivo da Guarnição do

Exército da Corte, segundo declarou mais tarde Quintino Bocayuva, líder civil do movimento, "ainda hoje estaríamos em propaganda republicana, dentro das muralhas do 3º Reinado". E, em assim sendo, através do Marechal Deodoro e de expressiva parte do Exército que o apoiou em 15 de novembro de 1889, falaram os inconfidentes mineiros e baianos, os poetas da Inconfidência Mineira, os libertários pernambucanos de 1817 e 1824, a quase maioria dos deputados gerais da Regência, os rio-grandenses farroupilhas, os civilistas de São Paulo, os vereadores gaúchos signatários da moção plebiscitária de São Borja, os clubes republicanos brasileiros, os abolicionistas, os militares e no dia 15 de novembro, ainda, o povo do Rio de Janeiro (Corte) através de sua Câmara que proclamou a República.

Comprovação de que o povo da cidade do Rio de Janeiro apoiou a Proclamação da República e o governo Provisório então estabelecido, o qual foi empossado por aquela Câmara, conforme consta de Atas.

Feita a ambientação, desenvolvemos nosso estudo em duas partes, conforme o sumário.

Fotos a seguir:

Foto A

Aspecto do Quartel-General do Exército, em 15 de Novembro de 1889, onde, após foiçá-lo, dominai a situação e depor o Gabinete Ouro Preto ali reunido, o Marechal Deodoro, segundo Calmon foto A "apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro". Visão aproximada da Casa de Deodoro, onde ele, à tardinha, assinou a Proclamação da República. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército).

Foto B

Aspecto do Quartel-General do Exército onde, sobre o portão central, na Secretaria de Guerra, estava reunido o Gabinete Ouro Preto, deposto pelo foto B Marechal Deodoro da Fonseca na manhã de 15 de Novembro de 1889, passo decisivo para a Proclamação da República. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército).

Foto C

Aspecto do Campo de Santana em 15 de Novembro de 1889, vendo-se ao fundo o velho Quartel General do Exército, onde teve lugar a deposição do Gabinete de Ouro Preto, lance decisivo do qual resultou a Proclamação da República. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército).

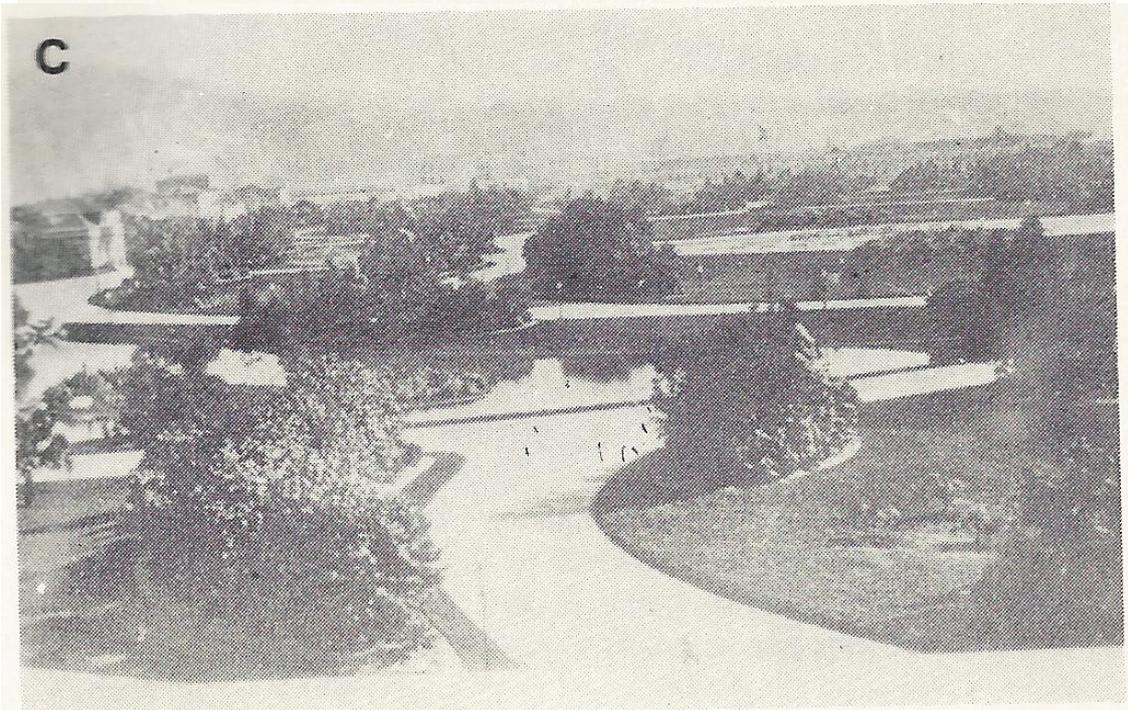
Foto D

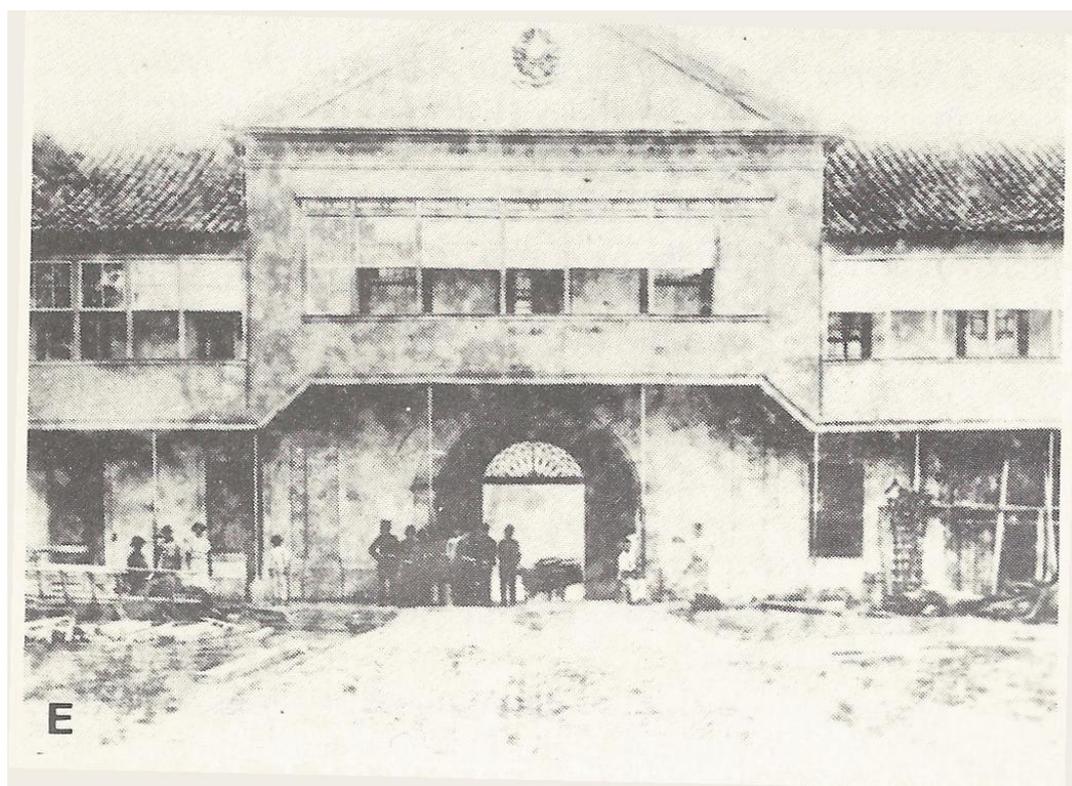
Aspecto do Quartel-General do Exército, no Campo de Santana, em 15 de Novembro de 1889, visto do pátio para o lado do Palácio do Itamarati. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército).

Foto E

Portão do Quartel-General do Exército, visto por trás, pelo qual o Marechal Deodoro da Fonseca penetrou no dia 15 de Novembro de 1889 e obteve a adesão da tropa em seu interior, para, a seguir, depor o Gabinete Ouro Preto, reunido no 2º andar, sobre o portão da Secretaria de Guerra, passo decisivo para a Proclamação da República. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército)







PRIMEIRA PARTE

**A DOCTRINA DO EXÉRCITO NA PROCLAMAÇÃO DA
REPÚBLICA**

ASPECTOS BÁSICOS

Em 15 de Novembro de 1889, o Exército Brasileiro teve atuação decisiva na mudança pacífica do regime monárquico para o republicano.

Já haviam decorrido 19 anos do término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, e 65 de sua organização, com a Independência.

O presente ensaio, contribuição ao Centenário da Proclamação da República, procurará abordar aspectos basilares do estágio de desenvolvimento da Doutrina do Exército, nos campos da Organização, Equipamento, Instrução/Ensino, Motivação e Emprego, atingido em 1889, tendo por guia o *Sistema de Classificação de Assuntos de História do Exército*, em uso no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, desde fevereiro de 1985.

Complementarmente, abordaremos aspectos sociológicos relativos à vida castrense na época.

CAMPO DA ORGANIZAÇÃO

Alto Comando

Ministro da Guerra: O Exército subordinava-se diretamente ao Gabinete de Ministros, através do Ministro, cujos titulares em 1889 foram:

- Thomaz José Coelho de Almeida, 10 Mar 88-07 Jun 89 (Conservador);
- Rufino Enéas Gustavo Fonseca Galvão, Marechal, 07 Jun 89-15 Nov 89 (Liberal); e

Visconde de Maracajú.

O Ministro era assistido por seu Gabinete, muito pequeno, quase um Estado-Maior pessoal, e pela Secretaria de Guerra, cujo titular era o Gen Bda Hon Dir. Francisco Manoel das Chagas.

A Secretaria de Guerra funcionava no andar superior do QG do Exército, sobre o Portão principal e serviu de cenário, em 15 Nov 1889, para a deposição do Gabinete Ouro Preto, ali reunido, pela manhã.

Ajudante-General do Exército

Ajudante-General: Foi criado em 1857, em substituição ao Comando das Armas da Corte e da Capitania do Rio de Janeiro. Era, na opinião do Conselho de Estado, o Comandante em Chefe do Exército. Em 1899, foi substituído pelo Estado-Maior do Exército. Era a primeira autoridade do Exército. Ele comandava diretamente toda a tropa. Acumulava estas funções com o comando da Guarnição do Exército da Corte e Província do Rio de Janeiro. A ele estavam subordinados todos os demais comandantes de Armas e as 1^o e 2^a Brigadas do Exército da Corte e a 3^a no Paraná.

Eram atribuições da **Ajudância- General:** Planos e operações militares; trabalhos históricos; administração da justiça militar; instrução e ensino militar; administração de pessoal; reserva. Enfim, tudo referente ao pessoal do Exército (organização, instrução, disciplina, economia e serviços).

Foram Ajudantes-generais do Exército 1889-1890:

Mal Campo Visconde de Maracajú, 19 Mar-07 Jun 1889

Mal Campo Floriano Peixoto, 08 Jun 1889-18 Abr 1890

Foi o titular na Proclamação da República e na transição do Império para a República.

Quartel-Mestre General: Enquanto o Ajudante-General era operacional, o Quartel-Mestre era logístico.

Era responsável pela aquisição, depósito, arrecadação, conservação, movimentação e emprego do material do Exército. Era responsável pelas acomodações da tropa em

qualquer circunstância; pelos transportes de pessoal e material do Exército; pelas Comunicações; pelos arsenais e fábricas; pela Remonta; pelos suprimentos; pelos armamentos e equipamentos; pelos hospitais e farmácias, pelos imóveis do Exército; pelas obras militares; e pelo Asilo de Inválidos.

Ela viria dar origem à criação da Repartição da Intendência Geral, raiz do Serviço de Intendência, em 15 Jan 1899.

O Quartel-Mestre General despachava diretamente com o Ministro da Guerra, em cujo nome ordenava. Em cada organização militar ele possuía o correspondente. Por exemplo, cada OM possuía o tenente quartel-mestre, que desempenhava as funções de Aprovisionamento e Almoxarife.

Era quartel-mestre general, em 1889, o brigadeiro Conrado Jacob Niemeyer.

Corpos Especiais

Existiam os seguintes corpos especiais:

Estado-Maior General. Composto de todos os oficiais generais do Exército, em número de 28: 1 Marechal de Exército, 4 tenentes-generais, 7 marechais-de-campo e 16 brigadeiros.

Corpo de Estado-Maior de 1ª Classe. 72 oficiais. Possuía uma função semelhante a dos oficiais com curso de Estado-Maior da ECEME, menos em funções destinadas ao Estado-Maior de Artilharia.

Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe. 42 oficiais. Fornecia oficiais para ocupar, nos locais privativos do oficial de 1º Classe, outras funções consideradas não privativas daqueles.

Corpo de Estado-Maior de Artilharia: Funções de Estado-Maior de 1º Classe, em vagas privativas da Artilharia, embora pertencendo a esta arma (arsenais, fábricas, laboratórios, escolas de tiro).

Corpo de Engenheiros: 56 oficiais. Funções específicas: Construções, fortificações e cartografia; ligado ao Imperial Arquivo Militar.

Corpo de Saúde: Com funções semelhantes a do Serviço de Saúde do Exército. 149 médicos e 30 farmacêuticos.

Corpo Eclesiástico: Com organização semelhante ao do atual Serviço Religioso do Exército, e constituído de capelães católicos: 57 oficiais.

Repartições

Gabinete do Ministro; Secretaria de Estado; do Ajudante-Generai; do Quartel-Mestre General; Repartição Fiscal; Conselho Supremo Militar (presidido pelo Imperador); Secretaria do Conselho Supremo Militar; Comissão de Melhoramentos do Material da Guerra; Pagadoria das tropas da Corte; Diretoria de Obras Militares; Biblioteca do Exército; Asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha Bom Jesus; Comissão de Fornecimento de víveres e forragens. A Comissão de Melhoramentos do Material datava de 1872.

Escolas

Escola Superior de Guerra (ESG): Que funcionava no atual quartel do 1º BG em São Cristóvão. Fora fundada em 1888. Ali havia funcionado o Arquivo Nacional.

Escola Militar da Corte: *Funcionando desde 1857, na Praia Vermelha.*

Escola Militar do Rio Grande do Sul: Funcionando no Parque da Redenção — atual, em Porto Alegre, onde lecionava o Capitão José Caetano de Faria, maia tarde destacado Ministro da Guerra (1914-18).

Escola Militar do Ceará: Comandada pelo Ten Cel João Nepomuceno Medeiros Mallet, (criada em 1º Fev 1889) mais tarde Ministro da Guerra em 1901.

Imperial Colégio Militar: Criado em março de 1889.

Escola Geral de Tiro de Campo Grande: Comandada pelo Cel José Simeão de Oliveira, que havia trazido a espada do Mal Solano Lopes para o Imperador.

Escola Tática e do Tiro do Rio Grande do Sul, em Rio Pardo.

Escola de Aprendizes Artilheiros na fortaleza de S. João e Companhias de Aprendizes Militares (de Goiás e Minas Gerais).

(As escolas eram regidas pelo Dec. 10.203, de 9 Mar 1889).

Arsenais e Laboratórios

Arsenal de Guerra da Corte, no local do Museu Histórico Nacional, era comandado pelo Cel Art Augusto Fausto de Souza.

Arsenais de Guerra da Bahia, de Pernambuco, do Pará, do Rio Grande do Sul, (ao lado do atual QG do CMS) e de *Mato Grosso*.

Fábricas

Fábrica de Pólvora da Estrela, no mesmo local de hoje. *Fábrica de Pólvora de Coxipó - MT.*

Fábrica de Armas da Conceição, no Morro da Conceição — RJ.

Laboratórios

Laboratório Pirotécnico do Campinho (fábrica de munições).

Laboratório Pirotécnico do Menino Deus no Rio Grande do Sul, no local do atual CPOR/RS.

Hospitais

Enfermaria Militar do Andarahy, no quartel do atual 1º B PE.

Hospital Militar da Corte, no Morro do Castelo, hoje arrasado, onde atuava o 1º cirurgião-mór, o Cel Dr João Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde.

Comandos de armas, tropa do Exército e sua articulação territorial

Em 1889, e a partir de 1º Dez 1888, o Exército era constituído das seguintes OM: 30 BI; 10 RC; 8a RA; 2 BE e 1 CT, num efetivo em torno de 15.000 homens, podendo elevar-se a 30.000 em circunstâncias extraordinárias.

Elas distribuíram pelos seguintes comandos de armas, estados e municípios:

Guarnição do Exército da Corte e do Rio de Janeiro Infantaria

1ºBI - Corte - Quartel no QG do Exército

7ºBI - Corte – Quartel no Mosteiro de São Bento

10º BI - Quartel no QG do Exército

22º BI- Corte – Transferido para o Amazonas, antes de 15 NOV
 23º BI- Corte- Transferido para Ouro Preto, antes de 15 NOV
 24º BI – Corte – Quartel na Ilha do Bom Jesus

Cavalaria

1º RC – Corte – Quartel em São Cristóvão

Artilharia

2º RA Campanha – Corte – Quartel em São Cristóvão
 1º RA a pé – Corte – Fortaleza São João

Engenheiros

1º BE – Corte – Praia Vermelha e depois Realengo

Comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul
 Comandante Barão de Apa-Brig António Enéas Gustavo Galvão

Infantaria

3º BI — Quartel na cidade de Rio Grande
 4º BI — Quartel na cidade de São Gabriel
 6º BI — Quartel na cidade de Uruguaiana
 12º BI — Quartel na cidade de Rio Grande
 18º BI - Quartel na cidade de Alegrete
 28º BI - Quartel na cidade de Rio Pardo
 29º BI — Quartel na cidade de Pelotas
 30º BI — Quartel na cidade de Porto Alegre

Cavalaria

2º RC — Quartel na cidade de Jaguarão
 3º RC - Quartel na cidade de São Borja
 4º RC — Quartel na cidade de Livramento
 5º RC - Quartel na cidade de Bagé
 6º RC - Quartel em Jaguarão

Artilharia

1º RA Campanha — Quartel em São Gabriel
 4º RA Campanha - Quartel em Bagé
 3º RA a Pé - Quartel em Rio Grande

Engenheiros

2º BE — Quartel em Cachoeira

Transportes

CT - Quartel em Saicã - RS (Corpo de Transportes)

As Guarnições mais fortes eram as de Rio Grande (2º BI + 1º RA a pé); a de Bagé (1º RC + 1ª RA Camp); a de São Gabriel (1º BI + 1º RA Camp); e a de Jaguarão (2º RC).

Comando das Armas da Província do Mato Grosso

Comandante Cel Art Ernesto Augusto da Cunha Mattos
(da Questão Militar)

Infantaria

8º BI - Quartel na cidade de Cuiabá
19º BI — Quartel em São Luiz de Cáceres
21º BI - Quartel em Cuiabá

Cavalaria

7º RC — Quartel na localidade de Nioac

Artilharia

2º RA a Pé - Quartel na localidade de Corumbá

Comando das Armas da Província de Pernambuco

Infantaria

2º BI - Quartel na cidade de Recife
14º BI — Quartel na cidade do Recife

Comando das Armas da Província da Bahia

Comandada pelo Mar Campo Hermes Ernesto da Fonseca

Infantaria

9º BI — na cidade de Salvador
16º BI — na cidade de Salvador

Comando das Armas da Província do Pará

15º BI - Quartel da cidade de Belém

Comando das Armas da Província do Amazonas

Nenhuma OM e sim fortificações

Aos comandos das Armas subordinavam-se outras instalações do Exército na área, como arsenais e fortificações.

Guarnições militares provinciais Província do Paraná

Infantaria

17º BI - Quartel na cidade de Curitiba

Cavalaria

8º RC - Quartel na cidade de Curitiba

Artilharia

3º RA Camp - Quartel na cidade de Curitiba

Províncias do Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Goiás

/Infantaria

5º BI - em São Luiz - MA

11º BI - em Fortaleza - CE

26º BI - em Maceió - AL

27º BI - em João Pessoa - PB

20º BI - em Goiás-GO

Províncias de São Paulo e Minas Gerais

Cavalaria

10º RC - em São Paulo

9º RC - em Ouro Preto - MG

As guarnições mais fortes eram as do Rio Grande do Sul (fronteira), Rio de Janeiro (capital do Império) e Mato Grosso (fronteira): 35%, 10% e 5% do Exército.

Cada OM era composta de:

Estado-Maior: O comandante; o major fiscal (atual subcomandante); o capitão-ajudante; o 2º tenente quartel-mestre (funções de Intendência) e o 2º tenente secretário.

Estado-Menor: O sargento ajudante (ou brigada), o sargento quartel-mestre, o mestre de música e o corneteiro -mór.

Os sargentos eram chamados oficiais inferiores.

Os Comandantes das Armas eram subordinados diretamente aos Presidentes das Províncias e ao Ajudante-General do Exército, que por sua vez era também o Comandante da Guarnição da Corte e do Rio de Janeiro.

Brigadas do Exército

Aviso de 16 Abr de 1888, havia constituído as seguintes brigadas:

1ª Brigada do Exército (1º RC, 2º RA e 1º BE) - São Cristóvão — Rio;

2ª Brigada do Exército (1º BI, 7º BI e 10º BI) - QG do Exército — Rio ;

3ª Brigada do Exército (17º BI, 8º RC e 3º RA Curitiba - PR.

As duas primeiras tiveram participação decisiva nos fatos que culminaram com a Proclamação da República, em 15 Nov 1889.

Comando Geral de Artilharia

Este era exercido pelo Conde D'Eu.

Fortificações

Do Sul para o Norte, existiam as seguintes fortificações defendendo o litoral, já bastante antiquadas, à exceção das fortalezas de Santa Cruz e São João, na entrada da Guanabara, modernizadas em função da Questão Cristhie e guarnecidas pelo 1º BA a Pé.

Santa Catarina: Fortificações de Santa Cruz, Ratonas, São José, Santana e Barra Sul.

Paraná: Fortificações de Paranaguá—Ilha do Mel.

São Paulo: Fortificações barras de Santos e Bertioga.

Rio de Janeiro: Fortificações de Santa Cruz, São João, Lage, Praia de Fora, do Pico e Gragoatá.

Bahia: Fortificações de São Paulo, Barbalho, Santo Alberto, São Diogo, Morro de São Paulo, Monte Serrat, São Lourenço, Santa Maria, São Marcelo e São Bartolomeu.

Pernambuco: Fortificações do Brum, Itamaracá, do Buraco, Pau Amarelo, Gaibú, Nazareth e Tamandaré.

Rio Grande do Norte: Fortificação dos Reis Magos.

Ceará: Fortificação de Assunção, onde funcionava a Escola Militar do Ceará, em 1889.

Maranhão: Fortificações de Santo Antônio da Barra e São Luiz.

Pará: Fortificações de Macapá e Óbidos.

Amazonas: Fortificações de São Joaquim (rio Branco), São Gabriel (rio Negro) e Santo Antônio (rio Madeira).

Mato Grosso: Fortificações de Coimbra e Duque de Caxias (Corumbá).

Inspetores do Exército

Havia inspetores do Exército responsáveis pelas seguintes inspetorias:

De corpos e estabelecimentos militares (inspecionava o 1º BA, 1º RC e 10º BI, na Corte); do Arsenal de Guerra da Corte; dos corpos de Infantaria do Rio Grande do Sul; dos corpos de Artilharia e Cavalaria; dos corpos e estabelecimentos do Norte; da Fortaleza de São Paulo, na Bahia; dos corpos estacionados no Paraná; dos corpos de Mato Grosso; e das fronteiras e guarnições do: Rio Grande do Sul (Bagé, Rio Grande, Uruguaiana, Missões e Quaraí, Santana do Livramento, São Borja, Rio Pardo, Alegrete, São Gabriel); do Amazonas (Cucúí, Tabatinga e Urari (no Içá); e do Mato Grosso (distritos militares de Vila Maria, Miranda e Mato Grosso).

Depósitos Militares

No Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul (São Gabriel e Santa Maria), Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso (Corumbá).

Depósitos de Pólvora

Corte (Ilha Boqueirão, próximo à Ilha do Governador), Niterói (Inhomirim), Pará (Aura), Pernambuco (Imbiricerra), Bahia (Matatú), Rio Grande do Sul (Ilha da Pólvora, no rio Guaíba), em Porto Alegre e na cidade do Rio Grande.

Auditorias

Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Corte, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Colônias Militares e Presídios

Pará: D. Pedro II (no Araguaia); S. João do Araguaia (junto à Cachoeira Itaboca) e Óbidos (junto à embocadura do Trombetas).

Amazonas: Rio Branco, próximo ao Forte S. Joaquim.

Mato Grosso: Brilhante (abas serra Maracajá), São Lourenço (confluência com o Ivinhema), Miranda (cachoeira do Miranda com Mondego), Itacary (no Araguaia), Conceição de Albuquerque (na povoação do mesmo nome, onde começa a navegação do rio).

São Paulo: Itapura, sobre o rio Tietê, junto do Paraná.

Paraná: Jataí (na confluência com o Tibagi), Chapecó (nos campos do Xagu, na atual e próspera Chapecó), Chopim, nos campos do Êre.

Santa Catarina: Santa Tereza, entre São José e Lages, no vale do Itajaí.

Rio Grande do Sul: Alto Uruguai, no município de Palmeira, junto ao Uruguai.

Goiás: Terupensem (margem direita do rio Vermelho), Santa

Maria do Araguaia (na Ilha de Santana), S. José dos Martírios (na foz do rio Cana Brava), Santo Antônio (na foz do rio Bagagem), Santa Cruz (na foz do ribeirão Gregório).

Hierarquia

(Quadros, postos e graduações)

Oficiais gerais: Brigadeiro, Marechal de Campo, Tenente-general e Marechal de Exército, correspondendo aos atuais generais de Brigada, Divisão, Exército e Marechal.

Quadro de oficiais: Alferes, 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel.

Quadros de praças: Soldado, anspeçada, cabo, furriel, 2º Sargento, 1º Sargento, Sargento quartel-mestre, Sargento ajudante (também Brigada).

As graduações de Anspeçada e Sargento ajudante ou Brigada foram eliminadas na República.

A graduação de Sargento Quartel-Mestre foi substituída pela de Subtenente. O posto de Alferes foi substituído pelo de Aspirante a oficial em 1905.

O Sargento Quartel-Mestre era chamado de **Vago Mestre**, corruptela do Wagon Mainster, alemão, encarregado dos transportes e herança do contrato de mercenários alemães que lutaram nas guerras Cisplatina 1825-28, e contra Oribe e Rosas, em 1851-52.

O major no Brasil Colônia era designado **sargento mór**.

Nos corpos de Saúde e Eclesiástico haviam, respectivamente, as seguintes correspondências: Tenentes eram os 2º cirurgiões ou capelães; capitães eram os 1º cirurgiões ou capelães-móres; os tenentes-coronéis eram os cirurgiões de divisão.

Celebrizaram-se o alferes Joaquim José da Silva Xavier e o anspeçada Marcelino Bispo, autor do atentado ao presidente Prudente de Moraes, em 1897.

Os postos de tenente general e marechal de Exército foram substituídos pelo de Marechal, no qual Floriano Peixoto passou à História como o Marechal de Ferro.

Existia na organização do Exército, desde 1874, uma coudelaria, provavelmente em Saicã — RS.

A Comissão de Melhoramentos do Exército, criada em 1872, e que mantinha permanentemente na Europa dois oficiais como órgão informativo, dividia-se em seções: **Fortificações, Artilharia de Campanha e Armamento Portátil**. Foi ampliada com o Ministro Marechal Osório e correspondeu à altura a renovação do armamento do Exército, traduzida pela adoção do armamento individual Comblain a retrocarga e os canhões Krupp, logo depois da Guerra do Paraguai, e mais a **pistola Marquês de Herval**, em retrocarga, para a Cavalaria.

Existia em Terezina — PI, uma Companhia de Infantaria Isolada, cuja inspeção pelo Cel Cunha Mattos iria dar início à Questão Militar, que veio contribuir para o aceleração da Proclamação da República.

Existiam Companhias Isoladas de Infantaria em Natal RN; Vitória — ES; e Florianópolis - SC, com 82 homens cada.

Desde 1881-82, havia a idéia de organização do 2º Batalhão de Engenheiros em Cachoeira do Sul, para encarregar-se da construção de ferrovias e linhas telegráficas, o que ocorreu no ano da Proclamação da República e cujas tradições são atualmente carregadas pelo 1º Batalhão Ferroviário de Lages — SC.

O grande idealizador das ligações ferroviárias como instrumento de defesa foi o Marechal Osório. Antes de falecer, insistiu na ligação ferroviária das fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

O efetivo do Exército era em torno de 15.000 homens, para uma população estimada em 14,3 milhões de habitantes. Em circunstâncias extraordinárias o efetivo do Exército podia ser elevado a 30.000.

O Exército contava, em diversas funções, com o concurso de oficiais honorários e reformados (atuais oficiais da Reserva e reformados), particularmente na atividade meio da instituição.

Os honorários foram instituídos pelo Dec. 23 de Ago 1838, por serviços relevantes prestados em defesa da ordem pública e da integridade do Império.

Por aviso do Ministério da Guerra de 10 Jun 1884, foi definido que "**oficial honorário não é militar**".

A designação reformado tem origem em Dec. 23 Ago 1763, ou seja, os militares fora do serviço ativo.

Por decreto 193A, de Jan 1890, a idade limite de reforma voluntária ou compulsória para oficiais era:

Marechal de Exército-	69 e 72 anos
Tenente-General	- 67 e 70 anos
Marechal de Campo	- 65 e 68 anos
Brigadeiro-General	- 62 e 65 anos
Coronel	- 58 e 62 anos
Tenente-Coronel	- 58 e 62 anos
Major	- 52 e 56 anos
Capitão	- 47 e 54 anos
1º Tenente	- 43 e 48 anos
2º Tenente	- 40 e 45 anos

Os oficiais gerais possuíam um adicional inatividade de 100 mil réis mês, por ano de serviço que excedesse os 30 anos. Os superiores, 70 mil réis ano e os oficiais subalternos 50 mil réis. Ambos, por ano acima dos 25 anos de serviço.

Assim, o Marechal de Exército, com 40 anos de serviço, ganharia por ano 750 mil réis + 10X100 = 1750 = um conto e 750 mil réis.

CAMPO DO EQUIPAMENTO

Uniformes

Os Uniformes usados pelo Exército em 1889 e ilustrados pelas gravuras, extraídas de **Uniformes do Exército Brasileiro**, são resultado do Dec. 1029 de 7 Ago 1852, que aprovou o Plano de Uniformes do Exército com alterações introduzidas pelos Dec. 3620 de 28 Fev 1866; Dec. 3625 de 2 Mai 1874; Dec. 8335 de 17 Dez 1881; Dec. 9059 de 17 Dez 1883; Dec. 9981 de 12 Jul 1888 e Dec. Nº 21 de 28 Nov 1889 (Ordem do Dia nº 6).

O Arquivo Histórico do Exército possui coleção de gravuras a cores que assinalam esta evolução na transição do Império para a República.

Armamento

Armas de fogo portáteis: Em 1889, quase todo Exército era armado com fuzis e mosquetões Comblain anos 1873, 1874 (brasileiro), 1878 e 1885, que substituíram em grande parte o equipamento a Minié, que ainda persistia no Exército, Guarda Nacional e Polícias.

A substituição do **Comblain** pelo modelo a **Minié**, usado na Guerra do Paraguai, começou a se processar a partir de 1872. O **Comblain** era de carregar pela culatra e usava cartuchos. O a **Minié** era de carregar pela boca. A diferença era gritante. A alça do Comblain era graduada de 100, até 1200 metros. Seu calibre era 12mm e usava pólvora negra.

Muitos corpos de Cavalaria usavam a clavina **Winchester calibre 12**, modelos 1872, 1874, de percussão periférica, e o 1876, de percussão central. Sob o cano existia um tubo com capacidade de 15 tiros.

Modificações introduzidas na **Winchester** fizeram com que passasse a consumir cartuchos **Comblain**.

Os revólveres usados eram o **Gerard**, para oficiais, de cartuchos metálicos, projétil de chumbo, calibre próximo a 8mm; e o **Nagant**, para praças montadas e muito popular. Seu calibre era maior que o do **Gerard**. Havia também a pistola **Marquês do Herval**, produzida na fábrica da Conceição. Ela era de retrocarga e destinada à Cavalaria.

Uma questão que incendiou os ânimos do Exército, às vésperas da Proclamação da República, foi a notícia ou boato de que o Governo iria armar as Polícias e Guarda Nacional com **Comblain**, e o Exército com o velho modelo a **Minié**, que fora usado no Paraguai. Era como passar de um caminhão para um carro de boi, segundo o Cel Pedro Shirmer, para quem a **Minié**, em condições excepcionais, conseguiu dar 16 tiros em 1 hora e 34 minutos. O armamento a **Minié** possuía dois calibres: 14,8mm e 14,4mm.

Disponha o Exército também da clavina **Spencer** e mais outros tipos de armas, conforme se conclui da obra existente no Arquivo Histórico do Exército:

OLIVEIRA, Luiz Maria de Mello, Ten Inf. **Estudos sobre as armas de fogo portáteis ou Catecismo do Atirador**. Rio de Janeiro: Tip. Escola Serafim Alves, 1880. (usada na Escola de Tiro).

Nos apêndices A e B, a obra estuda todos os tipos de armas portáteis retrocarga existentes no mundo, com suas características, bem como das munições por elas usadas e um projeto de regulamento para instrução de tiro. Seu autor era instrutor na Escola de Tiro de Campo Grande e seu trabalho é comentado com elogios pelos heróicos brigadeiros Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza e Severiano Martins da Fonseca, destacados profissionais do Exército de então.

Abordava um tratado sobre as seguintes operações realizadas por atiradores: **Ocupação e defesa de posição; Marchar à frente; Ataque de uma posição defendida por atiradores; Marchar em retirada e flanquear uma coluna ou comboio.**

Armas brancas: Todos os oficiais e as praças montadas eram armados com espada. Metade dos regimentos de Cavalaria era armado de lanças. Aqui incluem-se as baionetas largamente usadas em combate.

Artilharia: A Artilharia de Campanha possuía canhões raiados La Hitte (franceses, espanhóis e brasileiros) calibre 4, 6 e 12 de bronze e antecarga, e mais os Paixahans de 40 e 90.

Desde 1886, o 1º RA (Regimento Mallet) possuía canhões **Krupp** 80mm de aço, de retrocarga e fechamento em cunha, que substituíram os seus célebres **La Hitte** da Guerra do Paraguai. O 2ºRA (Floriano) possuía 19 canhões **Krupp** do mesmo calibre e os únicos existentes na Corte em 1889. A Artilharia de montanha usava canhões **Whitworth** calibre 2 e a pesada, canhões raiados de aço calibre 130mm.

Os **Krupp** 80 não satisfaziam, em mobilidade, como canhão de campanha. Não podiam acompanhar a Infantaria e a Cavalaria em terrenos sem estradas. Foram mais tarde substituídos pelos **Krupp 75 TL**.

A Artilharia de Costa possuía uma variedade enorme de canhões e calibres que não ultrapassavam 5 Km de alcance. Entre eles cite-se as marcas **Parrot, Whitworth, Armstrong e Krupp e foguetes a Congrève**.

O alcance máximo dos canhões de campanha andava em torno de 5.000m e a técnica de tiro estava muito longe da atual, que começou a ter desenvolvimento, entre nós, nos anos 10, com artilheiros que estudaram na Alemanha, como Bertoldo Klinger.

Era Comandante Geral da Artilharia o Conde D'Eu, que muito lutou pelo progresso do Armamento do Exército, depois da Guerra do Paraguai, no âmbito da Comissão de Melhoramentos do Exército.

A Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil nº 63, 1971, dá uma visão da projeção, como soldado, do Conde D'Eu, em artigo do então Cel Everaldo de Oliveira Reis. (Ver nosso artigo sobre o Conde D'Eu disponível em Livros e Plaquetas no site da FHIMTB www.ahimtb.org.br).

Conclui-se que o armamento do Exército, com apoio no general Francisco de Paula e Azevedo Ponde no artigo:

"Armamento das Tropas de Terra da cidade do Rio de Janeiro" In: **RIGHB**, nº 67, 1973, p. 43-120, evoluiu muito entre o término da Guerra do Paraguai até a República. O armamento portátil evoluiu de antecarga para retrocarga, com cartucho metálico, e o de Artilharia, de antecarga e alma lisa, para retrocarga e alma raiada. Portanto, uma grande evolução técnica que não correspondeu a uma evolução tática expressiva, esta estagnada aos padrões da Guerra do Paraguai, segundo os generais Estevão Leitão de Carvalho, Paula Cidade e outros. A evolução do Armamento foi qualitativa, mas não quantitativa, segundo se concluiu de depoimentos da época.

Ainda conviviam armas modernas com outras quase obsoletas, ao ponto de haver concorrido para exaltar os ânimos no Exército, às vésperas de 15 Nov 1889, a notícia de que o Exército cederia seu armamento **Comblain** à Guarda Nacional e às Polícias, por ordem do Governo.

Equipamento individual

Eram fabricados nos arsenais de guerra brasileiros e não sofreram modificações sensíveis. Eles podem ser observados nas ilustrações específicas e nos Uniformes usados em 1889, estampados neste trabalho.

Sobre o cuidado com o equipamento, o Regulamento Disciplinar do Exército, da época, previa como transgressões disciplinares:

Parágrafo 16 do Artigo 59:

"Não ter o cuidado em suas armas, uniformes, cavalo e em tudo que lhe pertencer, ou negligentemente o arruinar ou estragar."

Parágrafo 17 do Artigo 5º:

"Servir-se de armas ou uniformes alheios e de cavalos praças de outrem, ou pedi-los emprestados a seus camaradas."

Cavalos

O cavalo era importante item do equipamento militar, particularmente das tropas montadas. Mereciam cuidados desvelados nos seguintes artigos do **Regulamento do Serviço Interno dos corpos arregimentados do Exército**: 161 a 172 e 176 a 192, baixado pelo Duque de Caxias. O tratamento dos cavalos ocupava 1/12 das disposições regulamentares:

Era proibido uma praça montar a cavalo que não fosse sua montada específica.

Para cuidar do equipamento, num escalão acima do individual, cada Unidade possuía o **seleiro**, o **espingardeiro**, o **coronheiro**, o **veterinário** e os **ferradores**, com atribuições bem específicas.

Tabela de Dotação de Equipamento

As dotações de equipamento eram reguladas pelo Decreto de 23 Jul 1873, que aprovava as tabelas de fardamento, armamento, equipamento e arreamento para as Unidades do Exército e publicado no Anexo H, da obra **O Militar Arregimentado**, do cadete Olivério, publicada em Rio Grande — RS, em 1886 e escrita em Jaguarão. Por elas é possível se conhecer em detalhes todo o material usado pelo Exército.

Apesar de tudo, o Exército era mal equipado, o que se pode concluir pelas verbas a ele destinadas, segundo o insuspeito Edmundo Macedo Coelho no **Em busca de Identidade, O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. (Rio de Janeiro: Forense, 1976): 1846-1860 (25% do Orçamento); 1865-1866 (50%); 1880-1889 (em torno de 10%). Durante a Guerra do Paraguai ela atingiu níveis bem superiores a 50%.

Isto causava sentimentos de frustração de oficiais que haviam lutado na Guerra do Paraguai e que viam nisso uma política irresponsável do governo que, apenas terminada a guerra, voltava a descuidar da defesa militar do Brasil, a cargo do Exército, principalmente.

A Revista do Exército Brasileiro, surgida em 1882, segundo o autor citado, "**usa expressões de frustração e ressentimento contra um país como o Brasil, que julga que um Exército só se faz necessário quando o inimigo lhe bata a porta, que não avalia ainda devidamente o merecimento militar, que aniquila a verdadeira disciplina, que pouco aprecia ajusta dedicação ao serviço público**".

Isto era fruto da política de erradicação do Exército praticada de forma agressiva pela elite política no Império, dentro da máxima — **conformar ou perecer**, ainda segundo Edmundo Macedo Coelho.

Em 1854, um grupo de Jovens oficiais do Exército editou o Jornal **O Militar**, no Rio, no qual defendiam a modernização do Exército, a Abolição, a imigração e a indústria nacional e o direito de casarem, proibido por lei.

ANEXO A**UNIFORMES DO EXÉCITO BRASILEIRO
E INSÍGNIAS POSTOS E GRADUAÇÕES**

foto 1 À esquerda – Marechal, em grande Gala.
À direita – Tenente-General, em pequena Gala.





foto 2 À esquerda – Major Honorário, em grande Uniforme.
À direita – Tenente-Coronel, em pequeno Uniforme.

foto 4 Da esquerda para a direita:
Capitão de Cavalaria, em pequena Gala.
Capitão de Artilharia, em segundo Uniforme.
Tenente de Artilharia, em segundo Uniforme.





foto 5 À esquerda – Capitão de Cavalaria, em grande Gala.
À direita – Oficial de Artilharia, em grande Gala.

foto 6 À esquerda – Cabo de Artilharia, em segundo Uniforme.

À direita – Cabo de Cavalaria, em segundo Uniforme.

foto 7 Da esquerda para a direita:
Capitão de Infantaria, em grande Gala
(calças Facultativas)

Tenente de Infantaria, em pequena Gala.

Tenente de Infantaria, em grande Gala.

Tenente de Infantaria.

foto 8 Da esquerda para direita:
Oficial de Engenharia, em grande Uniforme.

Porta-Bandeira, em grande Uniforme.

Capitão, em pequeno Uniforme.







CORPOS ESPECIAIS

foto 9 Da esquerda para a direita:

Tenente do Estado Maior de 1.^a Classe, grande Gala Oficial a Pé.

Capitão do Estado Maior de 1.^a Classe, grande Gala Oficial a Cavallo.

Capitão do Estado Maior de 2.^a Classe, grande Gala Oficial a Cavallo.

Tenente de Engenharia do Estado Maior de 2.^a Classe, grande Gala Oficial a Cavallo.

Capitão do Estado Maior, pequena Gala.

foto 10 Da esquerda para a direita:

Major Médico, em primeiro Uniforme.

Tenente Médico, em segundo Uniforme.

Tenente Capelão.

foto 11

À esquerda – Cabo de Infantaria, em primeiro Uniforme.

À direita – Soldado de Artilharia, em primeiro Uniforme.





foto 12 À esquerda – Corneta de Infantaria, em primeiro Uniforme.
À direita – Músico de Infantaria, em primeiro Uniforme.

foto 13 À esquerda – Cabo de Cavalaria, em grande Gala.
À direita – Praça de Artilharia, em grande Gala.



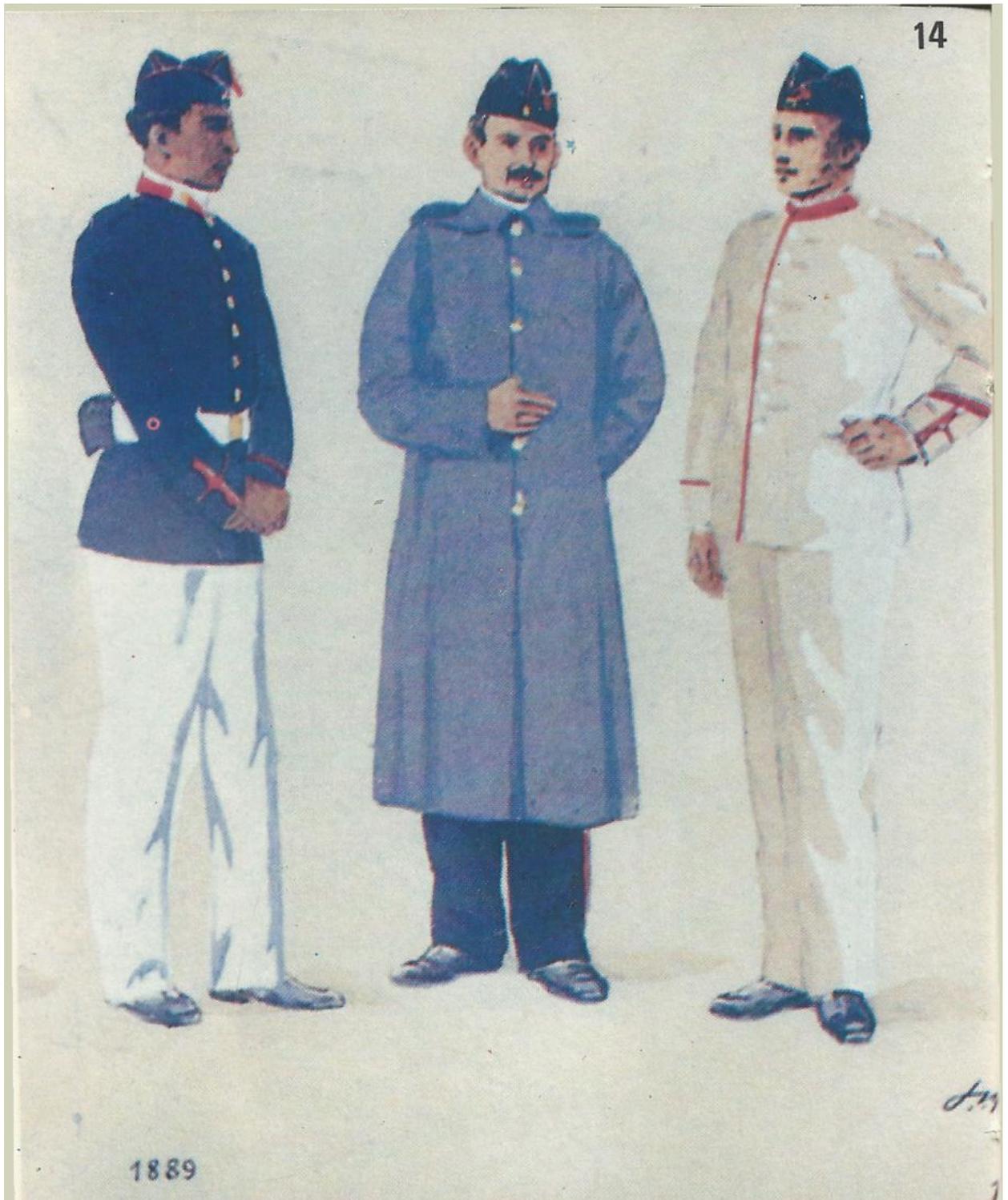
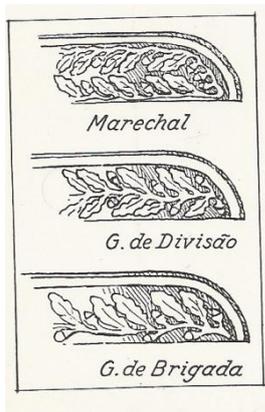
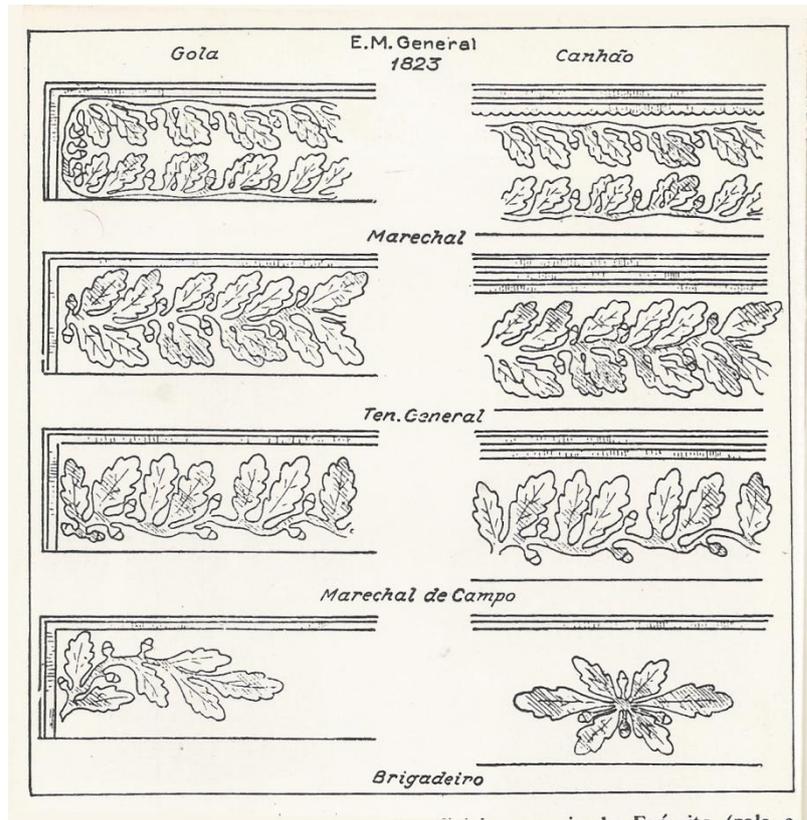


foto 14 Da esquerda para direita:
Soldado de Infantaria, em segundo Uniforme.
Soldado de Engenharia, em segundo Uniforme.
Anspeçada de Infantaria, em segundo Uniforme.

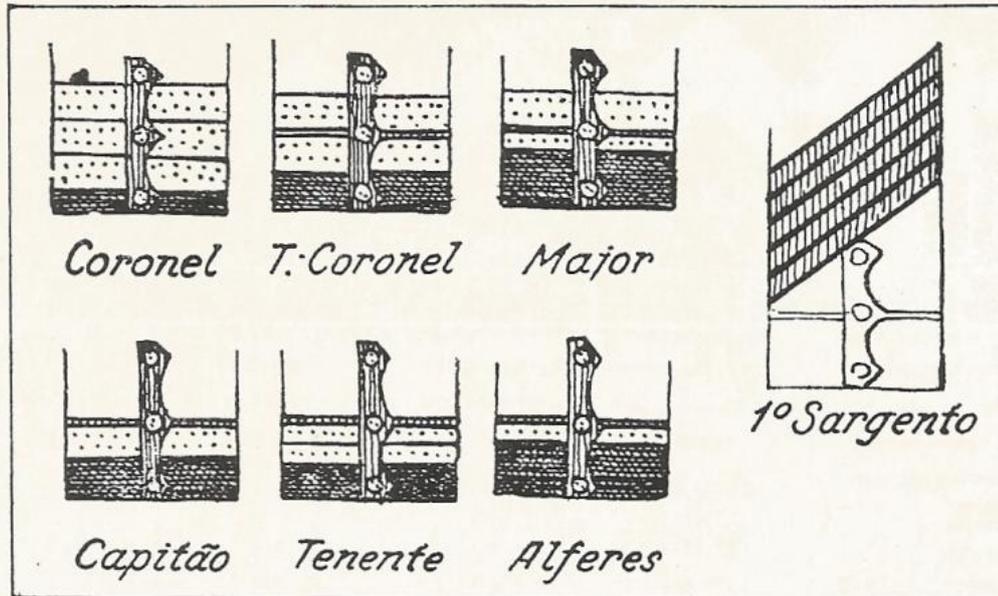
foto 15 À esquerda – Aluno da Escola Militar, em primeiro Uniforme.
À direita – Aluno da Escola Militar, em segundo Uniforme.





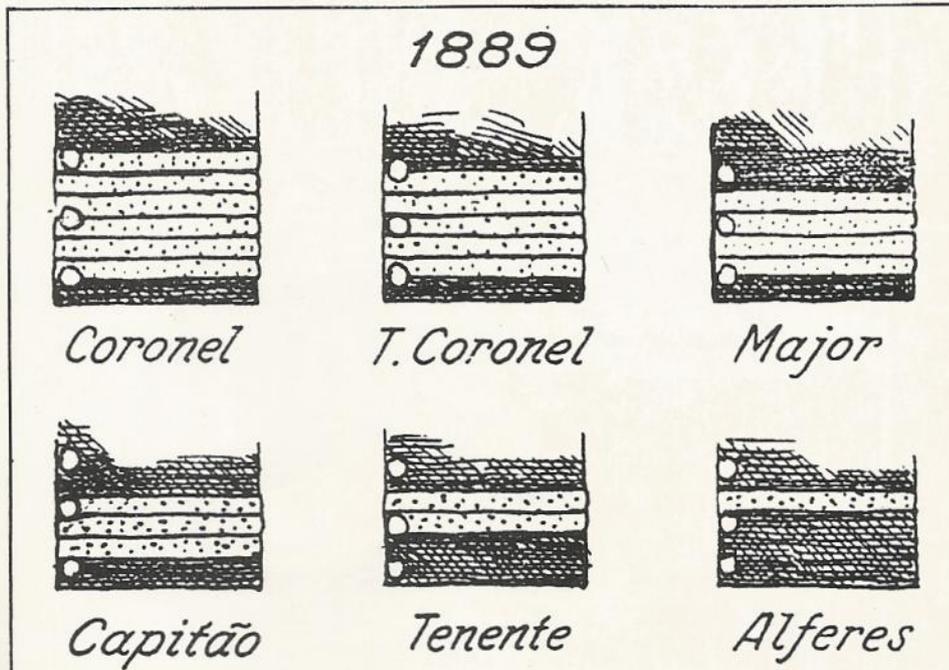
Insígnias de oficiais generais do Exército (gola e canhão da manga) da Independência à Proclamação da República, com alterações introduzidas pelo Decreto de 8 de Abril de 1823 (Alterou o Decreto de 19 de maio de 1806). (Fonte: BARROSO, *Uniformes do EB*, 1922). (em cima)

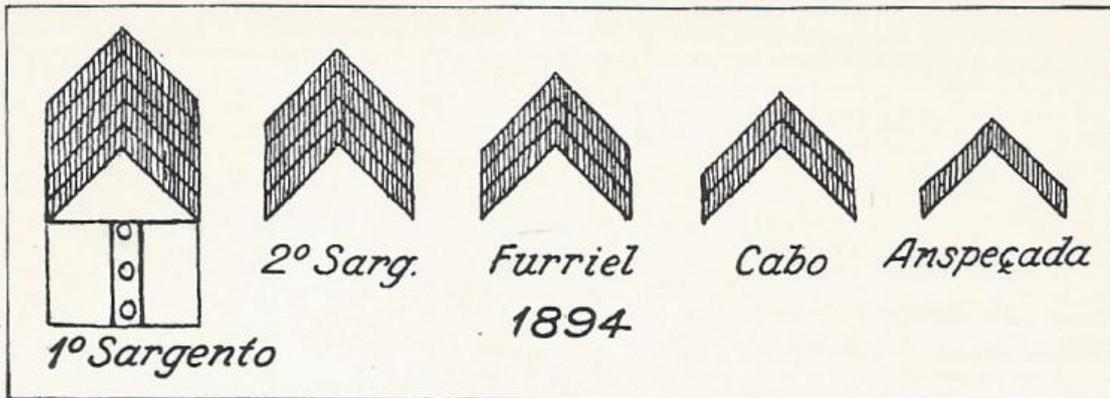
Insígnias de oficiais generais (gola) introduzidas após a Proclamação da República, estabelecidas pelo Dec. de Jan. 1890. (Fonte: BARROSO, *Uniformes do EB*, 1922). (ao lado)



Divisas distintivas de postos e da graduação de 1º sargento usadas no Exército Imperial de 1852-1889 aprovadas pelo Decreto 1.029, de 7 de Ago. 1852. (Fonte: BARROSO, *Uniformes do EB*, 1922).

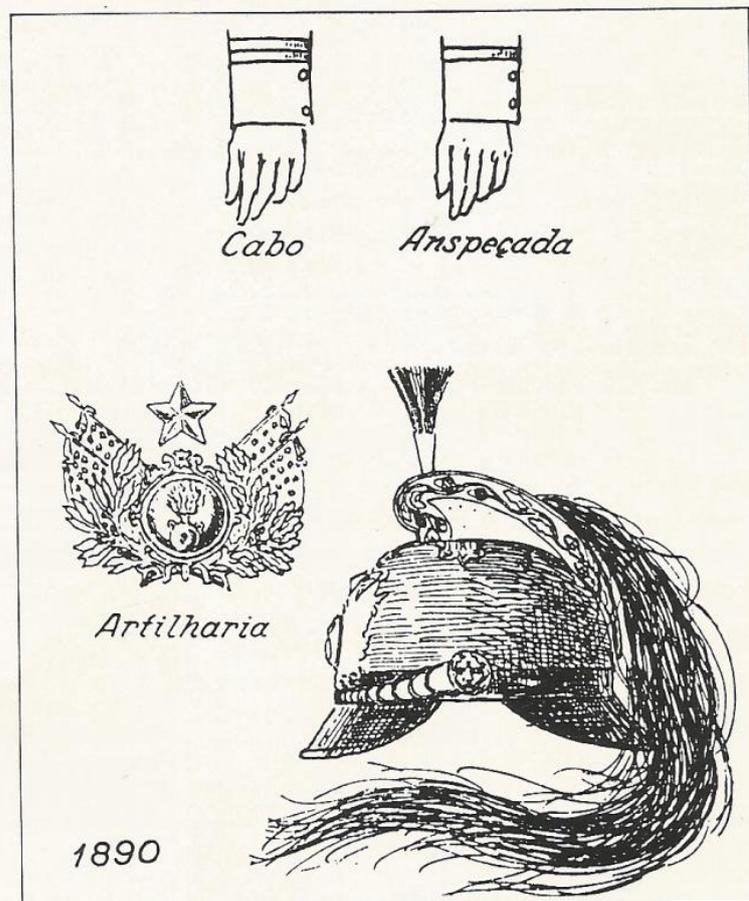
Canhão da manga dos Uniformes Oficiais, aprovados pelo Dec. 21, de 28 Nov 1889. logo após a Proclamação da República. (Fonte: BARROSO, *Uniformes do EB*, 1922). (em baixo)





Divisas de praças a partir da Proclamação da República. Dec. de 4 Jan 1890, que substituíram divisas na forma horizontal, usadas desde 1852. (Fonte: BARROSO, *Uniformes do EB*, 1922).

Capacete introduzido pelo Dec. de 4 Jan 1890, para a Artilharia. (Fonte: BARROSO, *Uniformes do EB*, 1922). (em baixo)



EQUIPAMENTO INDIVIDUAL DO COMBATENTE 1889



Foguetes a Congrève

Segundo o general Francisco de Paula e Azevedo Ponde, em artigo O Laboratório Pirotécnico de Campinho na **Revista do Exército**, nº 125 Out/Dez 1988, o Laboratório produzia foguetes a Congrève a partir de 1853. Eram invenção do coronel de Artilharia William Congrève (inglês), com alcance de 1800 metros e eficientes no tiro sobre zona.

Os foguetes eram de cauda lateral (austríaco), de cauda central (inglês) e tangencial ou sem cauda. Quanto ao efeito eram: **Iluminativos; Incendiários; Sufocantes** e de **Sinalização**.

O Exército e a Marinha fizeram largo uso de foguete na Guerra do Paraguai, fabricados em Campinho.

É assunto quase esquecido na memória do Exército, razão da sua recordação no presente estudo.

As legendas e as figuras a seguir, fornecem ao leitor interessado esclarecimentos sobre o assunto.

Figura 11 — Foguete prussiano de cauda central.

Figura 12 — Foguete incendiador.

Figura 13 — Esfera cheia de misto, de forte poder iluminativo, lançada por canhão.

Figura 14 — Foguete de cauda lateral.

Figura 15 — Estativa de foguete de cauda central.

Figura 16 — Trípode.

Figura 17 — Foguete de guerra de cauda central mostrando a alma com três cilindros. A granada 'é de ferro fundido.

Figura 18 — Estativa de foguete de cauda central, idealizada pelo Major Dr. Fausto de Souza.

Figura 19 — Estativa do Laboratório Pirotécnico de Campinho.

Figura 20 - Foguete de guerra sem cauda ou de rotação.

Figura 21 - Estativa de foguete de guerra de rotação ou sem cauda.

Figura 22 — Botafogo Faustim para levar o fogo aos foguetes de cauda central.

Figura 22a — Aparelho para verificar o estado da agulha dos foguetes, inventado pelo Major Dr. Fausto, diretor do Laboratório de Campinho.

INSTRUÇÃO / ENSINO

O primeiro aspecto era o da instrução primária. Cada Unidade possuía uma escola. Era dirigida por um oficial que ensinava aos cabos e soldados a ler, escrever e as quatro operações e, aos graduados, geometria plana.

Havia ainda em cada corpo uma escola de recrutas.

Seus instrutores e monitores estavam dispendidos do serviço externo. Cada escola deveria ter de 15 a 20 recrutas. A instrução era: escola de pelotão e manejo, conservação de armas e tiro, segundo instruções de 11 Set 1862. A formação do recruta não podia exceder os 6 meses. O horário de instrução tática era das 5 às 7 horas da manhã e das 17 às 19 horas da tarde. A instrução com armas era duas vezes por semana, das 10 às 12 horas.

Na Cavalaria, Artilharia Montada e Corpos de Engenheiros, havia a instrução de equitação, a cargo do Picador, para praças e oficiais. Ao picador incumbia adestrar os cavalos para as lides militares.

Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14

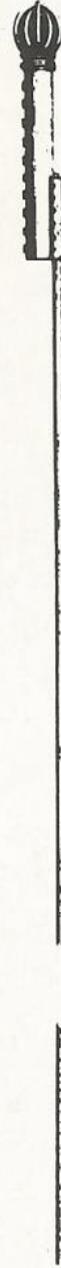


Fig. 15

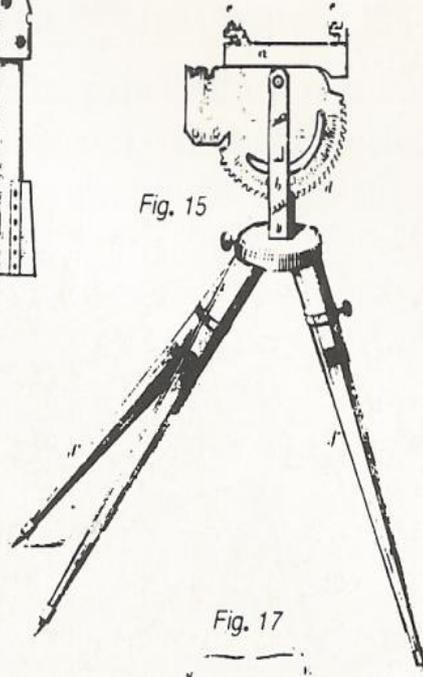


Fig. 16

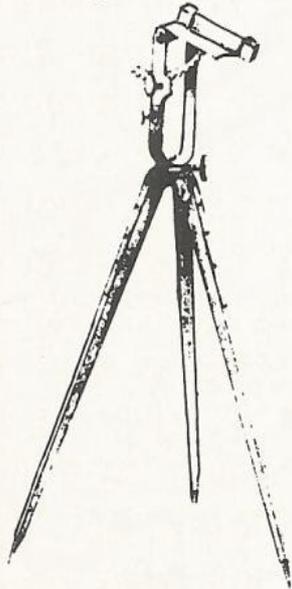
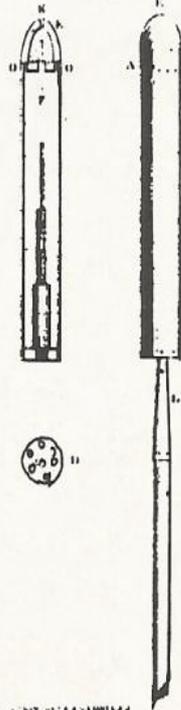
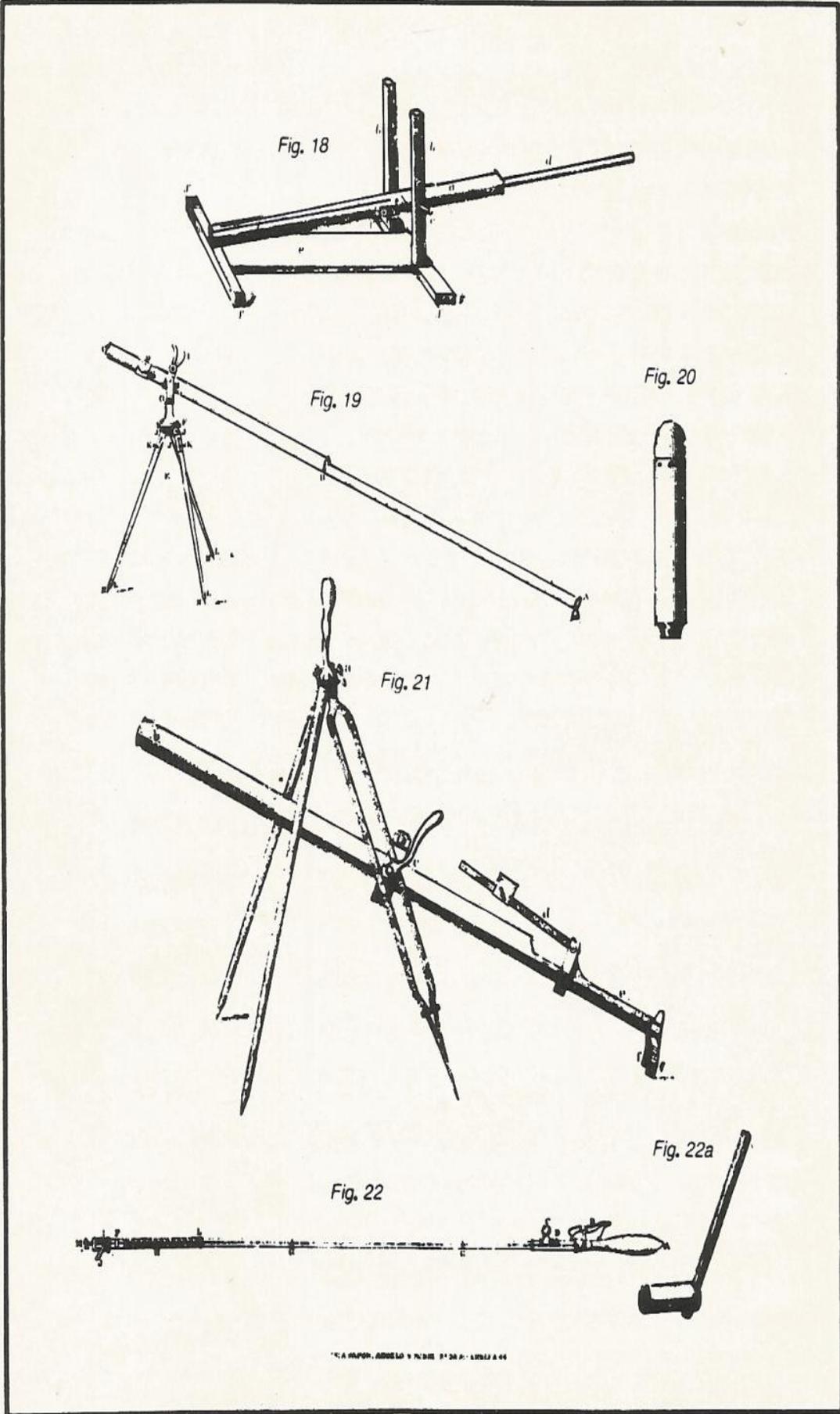


Fig. 17



LETTER PATENT OFFICE OF THE UNITED STATES



Havia escolas para aprendizes de artilheiros na Fortaleza São João, e de aprendizes de artífices nos arsenais de guerra, recrutados entre jovens pobres.

Exercícios ou manobras, tem-se notícia dos realizados pelo Conde D'Eu em 1885, na Fazenda de Santa Cruz, e em 1880, em Saicã..

Como instrução especializada, registre-se a de tiro de armas portáteis na Escola de Tiro de Campo Grande e de Tática e Tiro de Rio Pardo, no Rio Grande. Elas formavam inclusive instrutores para a tropa.

Em 6 Mai 1889, foi instalado o Colégio Militar do Rio de Janeiro com atribuições semelhantes às atuais, inclusive uma espécie de preparatório às escolas militares e naval.

O ensino militar desde a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, na Casa do Trem em 1792, era predominantemente científico.

Ele visava mais a construção do Brasil do que a sua defesa. Esta, fácil de mobilizar, antes dos reflexos da Revolução Industrial na Ciência Militar.

O regulamento de ensino de 1874 possuía um toque de bacharelismo que foi acentuado pelo regulamento de 1890, do Ministro Benjamin Constant. Ambos contribuíram para a desprofissionalizaz do Exército, só retomada em 1905, com a Escola de Guerra de Porto Alegre, e revigorada em 1913, na Escola Militar do Realengo.

O Ensino e a Instrução eram bastante divorciados das possíveis realidades operacionais do Exército, no tocante às seguranças Interna e Externa.

O ensino militar, em 1889, era ministrado na Escola Superior de Guerra e Escola Militar da Praia Vermelha, ambas de grande projeção na Proclamação da República, e nas escolas militares do Rio Grande e Ceará, esta recém-instalada na Fortaleza N. S. de Assunção.

O Regulamento para a Disciplina e Serviço Interno não dava ênfase à instrução, nas atribuições do comandante.

Os cursos nas escolas militares obedeciam à seguinte hierarquia: Infantaria e Cavalaria 1° e 2° anos; Artilharia 3° ano; Estado-Maior 4° ano; e Engenheiros 5° ano. Um engenheiro havia feito todos os cursos acima. Possuindo um engenheiro militar formação completa de seu quadro eram, em geral, recrutados para oficiais gerais. Nos parece uma distorção pela qual o Exército pagou pesado tributo. Na Revolução Farroupilha, todos os generais imperiais recrutados para combatê-la, à exceção de Caxias, infante, foram entre os engenheiros. Taticamente e estrategicamente, não foram bem sucedidos. Confirmar é obra de simples verificação. Eram renomados engenheiros com largo prestígio nacional, mas não cabos-de-guerra. O Marechal Polidoro, da Guerra do Paraguai, era engenheiro militar.

Assim, o Ensino Militar de 1874-1905 não contribuiu para a operacionalidade do Exército. Em Canudos esta afirmação fica bem transparente. E ela se verifica ainda no Contestado, em célebre relatório do general Setembrino de Carvalho.

Não era costume, nesta época, exercícios de tiro, que eram limitados à Escola de Recrutas, responsável pela formação dos soldados. Ademais, era uma instrução muito dispendiosa.

O Ensino e a Instrução, no Exército de 1889, eram aspectos doutrinários que ficavam muito a desejar. E disso falam depoimentos de ilustres chefes, que foram ex-alunos e críticos abalizados desse sistema, como os generais Tasso Fragoso, Rondon, Estevão Leitão de Carvalho, Tristão de Alencar Araripe e Paula Cidade.

Talvez, por isso, o Ensino Militar mereceu, nos anos 30 e 40, deste século, com o Ministro Eurico Gaspar Dutra, um cuidado todo especial na AMAN, EsAO e ECEME, cujas estruturas só agora, decorridos quase meio século, estão sendo ampliadas ou reaproveitadas. Ele priorizava a cultura geral, capaz de, por si só, tirar o maior rendimento da cultura profissional. Na prática, isto foi o regulamento de ensino de 1943. Conclui-se que a Instrução/Ensino era o elo fraco da Doutrina do Exército em 1889.

Disto resultou a divisão dos oficiais entre **científicos** e **tarimbeiros**. Os primeiros, segundo J. B. Magalhães em **A evolução militar do Brasil** (Rio, Bibliex, 1958), "orgulhosos de sua superioridade cultural, poucos eram os que não relegavam para segundo plano os estudos de caráter tipicamente profissional e, muitos os que prezavam mais as comissões estranhas ao profissionalismo, que os militares e os seus títulos científicos que os da carreira. Entre os últimos, os **tarimbeiros**, poucos haviam cujo interesse profissional efetivo ia além das meras práticas de rotina, **"e quase todos olhavam com desprezo os primeiros a quem não consideravam bons soldados"**.

Os **tarimbeiros** e os científicos, na Proclamação da República, embora unidos, perseguiram objetivos diferentes e possuíam **'valores conflitantes**. Aos científicos deve-se o **Regulamento de Ensino de 1890**, do Ministro Benjamin Constant, que priorizou mais o bacharelismo militar.

MOTIVAÇÃO

Dentre os diversos mecanismos para desenvolver as forças morais da guerra (a motivação do militar do Exército para a carreira e para morrer se preciso for em defesa da Pátria), existiam os em forma de prêmio aos bons serviços prestados (condecorações, promoções, etc.), e os em forma de castigo (disciplina e justiça).

Condecorações

As condecorações imperiais brasileiras eram em número de 12, conforme o **Almanaque do Exército de 1889**. Destas, 6 eram consideradas ordens honoríficas e 17 medalhas de campanha.

As ordens existentes e mais comumente concedidas a militares eram: **Imperial do Cruzeiro, da Rosa e São Bento de Aviz**. Havia ainda as ordens **de Cristo e São Thiago da Espada**. Todas com graduações.

As medalhas referiam-se às guerras internas e externas desde 1811-1870.

Este assunto é bem resgatado na obra:

POLIANO, Luiz Marquês. **Ordens Honoríficas do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943 (ilustrado a cores).

(Estudamos depois este assunto e disponível Livros e Plaquetaa sob o título **Moedas de Honra-condecorações brasileiras**.)

Os oficiais detentores das mesmas constam do Almanaque do Exército citado.

Caxias, por exemplo, foi Grã-Cruz das ordens de São Bento, da Rosa, do Cruzeiro e D. Pedro I.

Promoções

As promoções eram reguladas pela Lei n° 585 de 6 Set 1850, regulamentada pelo Decreto n° 772 de 31 Mar 1891, com modificações constantes do **Almanaque do Exército de 1889**. Portanto, legislação do tempo da guerra contra Oribe e Rosas.

Seguem, em linhas gerais, o sistema vigente atualmente.

Ao oficial mais antigo de cada classe era concedido, caso tivesse mérito, graduação no posto imediato, permanecendo com os vencimentos do posto que ocupava. Esta prática perdurou por mais de um século.

Disciplina

Vigorava, para transgressões disciplinares, o **Regulamento Disciplinar para o Exército em tempo de paz**, aprovado pelo Decreto 3.884 de 8 Mar 1875, e publicado na Ordem do Dia da Repartição do Ajudante-General de 24 de Março de 1875, baixado pelo Ministro da Guerra, Duque de Caxias.

Os castigos disciplinares tinham a seguinte gradação: 1. **admoestação**; 2. **repreensão**; 3. **dobrar serviço de guarda**; 4. **detenção**; 5. **prisão**; 6. **rebaixamento temporário**; 7. **rebaixamento definitivo**; 8. **transferência para depósitos de disciplina**.

As de n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5 eram privativas de oficiais cadetes e soldados particulares.

Para os sargentos, cabos e anseçadas existiam mais as de n.ºs 3, 6, 7 e 8.

Para os soldados, além das mencionadas 1, 2, 3, 4, 5 e 8, existiam as seguintes penas acessórias:

Carregar Armas; carregar equipamento em ordem de marcha; faxina; repetição de instrução na Escola de Recrutadas; diminuição do número de refeições e de cada refeição; privação de vícios tolerados (cigarro); e isolamento em cela especial (a solitária).

Justiça Militar

Era um complexo de leis e regulamentos que estabelecia os meios de punição e repressão das infrações das regras e deveres militares.

Ela estava condensada na seguinte obra, verdadeiro **vade-mecum** de Justiça Militar, no Exército:

OLIVÉRIO, Ten. **O Militar Arregimentado**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. 2v.

As bases da Justiça Militar pouco mudavam. Elas se encontravam nos seguintes regulamentos:

Alvará de Justiça Militar de 1718 (parcial).

Regulamento de Infantaria e Artilharia de 1763, do Conde de Lippe, adotado para todo o Exército desde 11 Out 1843, por provisão daquela data, sob a forma de 29 artigos de guerra e publicado na obra citada.

Ordenança de 9 abril de 1805, regulando as deserções e publicada na obra citada.

O castigo a espada foi abolido em 1874, por Caxias. Ainda em 1910, no Rio Grande, segundo, Paula Cidade, ainda eram usadas, ilegalmente, surras com varas de marmelo.

A título de curiosidade, reproduzimos para o leitor os artigos de guerra.

Artigos de guerra

Art. 1° — Aquele que recusar, por palavras ou discursos, obedecer às ordens dos seus superiores, concernentes ao serviço, será condenado a trabalhar nas fortificações; porém, si se opuser, servindo-se de qualquer arma ou ameaça, será arcabuzado.

Art. 2° - Todo o oficial de qualquer graduação que seja, que estando melhor informado., der aos seus superiores, por escrito ou de boca, sobre qualquer objeto militar, alguma falsa informação, será expulso com infâmia.

Art. 3° — Todo o oficial de qualquer graduação que seja, ou oficial inferior que, sendo atacado pelo inimigo, desamparar o seu posto, sem ordem, será punido de morte. Porém, quando for atacado por um inimigo superior em forças, será preciso provar perante um Conselho de Guerra, que fez toda a defesa possível, e que não cedeu senão na maior e última extremidade; mas se tiver ordem expressa de não se retirar, suceda o que suceder, neste caso nada o poderá escusar, porque é melhor morrer no seu posto do que deixá-lo.

Art. 4° — Todo o militar que cometer uma fraqueza escondendo-se, ou fugindo, quando for preciso combater, será punido de morte.

Art. 5° — Todo o militar que, em uma batalha, ação ou combate, ou em outra ocasião de guerra, der um grito de espanto, como dizendo: — O inimigo nos tem cercado. — Nós somos cortados. — Quem puder escapar-se, escape-se, — ou qualquer palavra semelhante que possa intimidar as tropas, no mesmo instante o matará o oficial mais próximo que o ouvir, e, se por acaso, isto lhe não suceder, será logo preso, e passará pelas armas por sentença do Conselho de Guerra.

Art. 6° — Todos são obrigados a respeitar as sentinelas ou outras guardas; aquele que não o fizer será castigado rigorosamente; e aquele que atacar qualquer sentinela, será arcabuzado.

Art. 7° — Todos os oficiais inferiores e soldados devem ter toda a devida obediência e respeito aos seus oficiais, do primeiro até ao último, em geral.

Art. 8° — Todas as diferenças e disputas são proibidas, sob pena de rigorosa prisão; mas se suceder a qualquer soldado ferir ao seu camarada à traição, ou o matar, será condenado ao carrinho, perpetuamente, ou castigado com pena de morte, conforme as circunstâncias.

Este art. 8°, nos de guerra de cavalaria, é assim redigido:

"8° — Todas as diferenças e disputas são proibidas, sob pena de rigorosa prisão; mas se suceder a qualquer soldado ferir o seu camarada à traição, será condenado ao carrinho perpétuo ou castigado com pena de morte, conforme as circunstâncias ocorrentes.

Porém, aquele que matar seu camarada, ou qualquer outra pessoa à traição, será punido com pena de morte, sem remissão. E esta pena de morte será ainda agravada, conforme as circunstâncias do caso, isto é, se o morto for seu superior, ou concorrer qualidade, que agrave o homicídio".

Art. 9° — Todo o soldado deve achar-se onde for mandado, e à hora que se lhe determinar, posto que lhe não toque, sem murmurar, nem por dificuldades; e se entender que lhe fizeram injustiça, depois de fazer o serviço, se poderá queixar, porém sempre com toda a moderação.

Art. 10 — Aquele que fizer estrondo, ruído, bulha, ou gritaria ao pé de alguma guarda, principalmente de noite, será castigado rigorosamente, conforme a intenção com que o houver feito.

Art. 11 - Aquele que faltar a entrar de guarda, ou que for à parada tão bêbado, que não possa montar, será castigado, no dia sucessivo, com cinqüenta pancadas de espada de prancha.

Art. 12 — Se algum soldado se deixar dormir, ou se embebedar estando de sentinela, ou deixar o seu posto antes de ser rendido, sendo em tempo de paz, será castigado com cinqüenta pancadas de espada de prancha, condenado por tempo de seis meses a trabalhar nas fortificações; porém, se for em tempo de guerra, será arcabuzado.

Art. 13 — Nenhuma pessoa, de qualquer grau ou condição que seja, entrará em qualquer fortaleza, senão pelas portas e lugares ordinários, sob pena de morte.

Art. 14 — Todo aquele que desertar ou que entrar em conspiração de deserção, ou que sendo dela informado e não delatar, se for em tempo de guerra, será enforcado; e aquele que deixar a sua companhia ou regimento, sem licença, para vir ao lugar de seu nascimento, ou a outra qualquer parte que seja, será castigado com a pena de morte, como se desertasse para fora do reino.

Art. 15 — Todo aquele que for cabeça de motim ou de traição, ou tiver parte, ou concorrer para estes delitos, ou souber que se urdem, e não delatar a tempo os agressores, será infalivelmente enforcado.

Art. 16 — Todo aquele que falar mal de seu superior nos corpos de guarda ou nas companhias, será castigado aos trabalhos da fortificação; porém, se, na indagação que se fizer, se conhecer que aquela murmuração não fora precedida somente de uma soltura de língua, mas encaminhada à rebelião, será punido de morte, como cabeça de motim.

Art. 17 — Todo o soldado se deve contentar com a paga, com o quartel, e com o uniforme que se lhe der, e se se opuser, não querendo receber, tal e qual se der, será tido e castigado como amotinador.

Art. 18 — Todos os furtos, e assim mesmo todo o gênero de violências para extorquir dinheiro, ou qualquer gênero, serão punidos severamente; porém, aquele furto que se fizer em armas, munições, ou outras coisas pertencentes à nação; ou aquele, que roubar a seu camarada, ou cometer furtos com evasão, ou for ladrão de estrada, perderá a vida conforme as circunstâncias, ou também se qualquer sentinela cometer furto, ou consentir que alguém o cometa, será castigado severamente, e conforme as circunstâncias, incurso em pena capital.

Art. 19 - Todo o soldado que não tiver cuidado nas suas armas, no seu uniforme, em tudo que lhe pertencer; que o lançar fora, que o romper, ou arruinar de propósito, e sem necessidade; e que o vender, empenhar ou jogar, será pela primeira e segunda vez preso, porém à terceira será punido de morte.

Art. 20 — Todo o soldado deve ter sempre o seu armamento em bom estado, fazer o serviço com as suas próprias armas; aquele que se servir das alheias, ou as pedir emprestado ao seu camarada, será castigado com prisão rigorosa.

Art. 21 - Aquele soldado que contrair dívidas às escondidas de seus oficiais, será punido corporalmente.

Art. 22 — Todo aquele que fizer passaportes falsos, ou usar mal de sua habilidade, por qualquer modo que seja, será punido com rigorosa prisão; porém, se por este meio facilitar a fuga a qualquer desertor, será reputado e punido como desertor.

Art. 23 — Todo o soldado, que ocultar um criminoso, ou buscar meios para se escapar àquele que estiver preso como tal, ou deixar fugir; ou sendo encarregado de o guardar, não puser todas as precauções para este efeito, será posto no lugar do criminoso.

Art. 24 — Se qualquer soldado cometer algum crime estando bêbado, de nenhum modo o escusará do castigo a bebedice; antes pelo contrário, será punido dobradamente, conforme as circunstancias do caso.

Art. 25 — Todo o soldado que, de propósito, e deliberadamente se puser incapaz de fazer o serviço, será condenado ao carrinho perpetuamente.

Art. 26 — Nenhum soldado poderá emprestar dinheiro ao seu camarada nem ao superior.

Art. 27 — Nenhum soldado se poderá casar sem licença do seu coronel.

Art. 28 — Todo o oficial de qualquer graduação que seja, que se valer do seu emprego para tirar qualquer lucro, por qualquer maneira que seja, e se não puder inteiramente verificar a legalidade, será infalivelmente expulso.

Art. 29 — Todo o militar deve regular os seus costumes pelas regras da virtude, da candura, e da probidade; deve temer a Deus, reverenciar e amar ao seu Imperador Constitucional, e executar exatamente as ordens que lhe forem prescritas.

Estes artigos eram base nos Conselhos de Guerra.

Em dia de pagamento, eram lidos na frente das companhias. Nenhum recruta podia fazer o juramento, sem entender a profundidade dos artigos de guerra.

A administração da Justiça estava confiada ao Supremo Tribunal Militar.

As penas superiores a 6 anos eram cumpridas nas fortalezas e em Fernando de Noronha.

Havia os conselhos de Inquisição; de Disciplina; de Investigação e de Guerra.

O Conselho Supremo Militar julgava, em 2º instância, todos os crimes militares.

Em 1889, a criminalidade era elevada no Exército, segundo o general Paula Cidade.

Outros estímulos

Para amparar os militares inválidos, em consequência de serviço de guerra, existia o **Asilo dos Inválidos da Pátria**, na ilha do Bom Jesus.

Os militares tinham o Colégio Militar gratuito, para educar seus filhos.

Havia ainda o Meio Soldo às viúvas, mães e filhas de oficiais do Exército, estabelecido em Lei de 9 Nov 1827, que foi sendo ampliado com o tempo.

Lutava-se, na época, no âmbito da Santa Cruz dos Militares e do Clube Militar, por um Pecúlio a ser deixado à família pelo militar falecido.

Comissão de promoções

Depois da Guerra do Paraguai, visando à melhoria dos oficiais, foi criada uma Comissão de Promoções integrada por quatro generais.

A ela incumbia fazer as listas de promoções que até então eram da alçada dos presidentes de Províncias e Comandantes-de- Armas.

Extinta em 1878, foi restabelecida em 1880, pelo Marechal Osório.

Culto das tradições

Entre os veteranos da Guerra do Paraguai havia forte espírito de classe, notadamente entre os que tinham tradições de bravura conquistadas na luta.

A influência positivista nas Escola Militar da Praia Vermelha e Escola Superior de Guerra, passou a discutir a legitimidade de nossas lutas externas, **"levando seus alunos a desprezarem os veteranos da Guerra do Paraguai que desfilavam orgulhosos ostentando em seus peitos as medalhas de campanha"**, segundo testemunha desses fatos, o general Tasso Fragoso, no prefácio da sua obra: **A Batalha do Passo do Rosário, 1922.**

Vencimentos

Temos, no capítulo II, no Artigo 3º, a Tabela de Soldo dos Militares, que abaixo transcrevemos:

Marechal de Exército.....	500\$000
Tenente-General.....	400\$000
Marechal de Campo.....	300\$000
Brigadeiro.....	240\$000
Coronel.....	200\$000
Tenente-Coronel.....	160\$000
Major.....	140\$000
Capitão.....	100\$000
Tenente ou 1º Tenente.....	70\$000

Alferes ou 2° Tenente.....60\$000

Esta Tabela de Vencimentos dos Oficiais é a mesma Tabela de Soldo dos Militares que acompanhou o Decreto 2.105, de 08 de Fev de 1873, a qual aumentava os soldos dos oficiais e praças do Exército e Armada. O que nos leva a concluir que os militares não tiveram aumento em seus soldos de 08 de Fev de 1873 até a Proclamação da República.

Tabela do soldo das praças de pré do Exército:

Praças	Armas		
	Artilharia	Cavalaria	Infantaria
Sargento Ajudante	1\$000	1\$000	1\$000
Sargento	1\$000	1\$000	1\$000
Quartel-Mestre	1\$000	1\$000	1\$000
1° Sargento.....	\$800	\$800	\$700
2° Sargento	\$420	\$420	\$400
Sargento Mandador	1\$200	-	-
Forriel.....	\$320	\$320	\$320
Cabo.....	\$200	\$200	\$150
Anspeçada.....	\$140	\$140	\$130

Com a proclamação da República, os militares foram aumentados cerca de 50% pelo Dec. 73 de 7 Dez 1889.

CAMPO DO EMPREGO

O emprego constitucional do Exército decorria do capítulo VIII da Força Militar, da Constituição do Brasil, de 25 Mar 1824.

"Art. 145 — Ser o Exército obrigado a pegar em armas, para sustentar a Independência, a Integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos internos ou externos."

"Art. 148 — Compete ao poder Executivo privativamente empregar (o Exército), como bem parecer conveniente a segurança, e a defesa do Império".

O Exército era diretamente subordinado ao Gabinete de Ministros, através do Ministro da Guerra, que mudava com freqüência. Na maioria das vezes era um político civil dos partidos Liberal ou Conservador, com pouca ou nenhuma vivência do assunto, que tinha que confiar no comandante operacional do Exército — o **Ajudante-General**, e no comandante logístico — o **Quartel-Mestre General**, que também mudaram bastante em 88 e 89.

Muitos achavam, e ainda acham, que o Exército deveria estar subordinado diretamente ao Imperador e acima dos partidos, como instrumento do **Poder Moderador**.

E por não ter sido assim, concluem também, haver o abandono do Exército pelos Gabinetes, especialmente os de 1881-89, contribuído assim para a Proclamação da República de forma decisiva.

Era atribuição do Imperador, no entanto, movimentar os oficiais, prerrogativa que abdicava deixando, às vezes, oficiais à mercê de perseguições e atos de desprestígio, que resultaram na **Questão Militar**, na fundação do **Clube Militar**, na **Abolição** e, finalmente, na **República**..

O preparo operacional do Exército, segundo consenso de diversos memorialistas militares, havia decaído expressivamente do final da Guerra do Paraguai até a República.

Havia uma consciência da necessidade de uma **Reforma Militar**. Segundo Piragibe da Fonseca, sobrinho neto do Marechal Deodoro da Fonseca, este acalentou o sonho que só foi executado entre o final da Guerra de Canudos, 1897 e o início da FEB, para a Itália, no contexto da Reforma Militar.

Corrente do pensamento militar brasileiro

Em 1881, militares do Exército começaram a sinalizar o não atendimento pelo Governo de aspirações políticas, profissionais e previdenciárias, criando o **Diretório Militar**, que reunia-se no consistório da Igreja Santa Cruz dos Militares.

Em 17 Dez 1881, era fundada a atual Biblioteca do Exército, exemplo logo seguido pelas fortalezas de Santa Cruz e São João e, em janeiro de 1882, era editado o primeiro número da **Revista do Exército Brasileiro (1882-89)**, que serviu de suporte e difusão de uma saudável corrente do pensamento militar brasileiro nos campos da Arte e da Ciência Militar, e que se propunha entre outras coisas:

"Preencher, bem ou mal, uma lacuna bastante sensível — a falta de um órgão que sirva, ao mesmo tempo, de transmissor de idéias e de elo de união entre os membros do Exército. .. Seu fim é todo doutrinário militar e somente nesse terreno aceitará discussão".

Seu domínio abrangia Administração e Organização; Tática e Estratégia; Engenharia Militar; Artilharia e Armamento; História Militar, Geografia e Estatística. Discretamente, ela sinalizava o descaso pelo Exército.

O Arquivo Histórico do Exército reconstituiu a coleção da revista.

Outros trabalhos sobre Arte e Ciência Militar eram publicados por autores diversos, antes do advento da* Biblioteca e da Revista, na **Coleção Biblioteca Militar**, da Livraria Serafim José Alves — Rua 7 de Setembro, 83 e outras que se dedicaram a este ramo.

A revista tratou dos mais variados assuntos. Nota-se nela uma preocupação com a **Reorganização do Exército**, preocupação inclusive, do Clube Militar, do Conde D'Eu, de Medeiros Mallet, de Sena Madureira, de Miranda Reis, do Visconde da Gávea, do Visconde de Maracajú, de Severiano Martins da Fonseca, do Capitão José Carlos Lobo Botelho, ***"um jovem oficial muito interessado"*** e de outros. Era o sentimento de necessidade de mudança.

A Revista já publicava artigos sobre Aerostação Militar e fortes subterrâneos e metralhadoras Nordenfelt. A preocupação estratégica voltava-se para a defesa do Rio Grande do Sul, notadamente de São Borja.

Para um aprofundamento no assunto, recorrer a SANTOS, Francisco Ruas Maj. Índice da Revista do Exército Brasileiro In: **Coleção Bibliográfica Militar**, Rio, Bibliex, 1960, p. 9-125.

O Major Ouriques, no primeiro artigo da revista sobre a **Defesa do Rio Grande do Sul**, previa as seguintes linhas de defesa:

1ª Linha - *fronteira de postos avançados*: São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Santana, Bagé, Jaguarão e Santa Vitória, com fortificações passageiras destinadas a deter por algum tempo o invasor ou obrigá-lo a fazer grandes desvios.

2ª Linha - *de depósitos entrincheirados*: Cruz Alta, voltada para o Oeste, e São Gabriel e Rio Grande, para o Sul, como peças de manobras.

3ª Linha - *do pião central de manobra*: Porto Alegre, depósito principal e último refúgio da defesa.

4ª Linha - *complementar de defesa*: No caso de invasão, a 2ª Linha seria complementada por fortificações passageiras em Santa Maria, face ao Oeste, e

Caçapava, Piratini e Canguçu, na Serra dos Tapes e outros pontos julgados necessários, face ao Sul.

A linha do Uruguai seria defendida pelo Exército e Armada; a linha sul, pelo Exército sozinho; e, combinado com a Armada, na região das lagoas.

Rio Grande e São Gabriel seriam as grandes posições fortificadas da fronteira sul, com apoio em Brialmont e Vandeveld.

Preconiza que este sistema devia ser completado com a construção de ferrovias irradiantes para as fronteiras a partir de Porto Alegre, as quais seriam convergentes, em caso de retirada.

A ordem de batalha, em linhas gerais, obedecia o esquema descrito.

A tática se baseava no emprego de pequenas Unidades em combate, pelos seus comandantes efetivos, combinando manobra e fogo, através de seus atiradores.

As manobras principais eram:

ocupação e defesa de: uma posição; muro; elevação de terra; bosque; paliçadas; casas; desfiladeiros; flancos da posição.

marcha para frente;

ataque de uma posição defendida por atiradores;

ataque de flanco;

ataque de frente;

marchar em retirada e

flanquear uma colima ou comboio.

Enfim, eram variações da **Defesa, Ofensiva e Movimentos Retrógrados.**

A companhia de Infantaria atuava no seguinte esquema: **Linha de atiradores, reforço e apoio.** O **reforço** era uma reserva imediata da **linha de atiradores**, e o **apoio** uma reserva mais à retaguarda dos atiradores. A maior intensidade do fogo era obtida com o maior número de atiradores na linha respectiva.

A ofensiva era constituída de 4 fases:

1ª - avanço em terreno batido pela Artilharia;

2ª — tomada de contato;

3ª — o ataque;

4ª — perseguição.

Na Defensiva, a posição era assim caracterizada:

Campo Exterior — compreendendo postos avançados;

Frente da Posição - atual linha de resistência;

Recinto — era o interior da posição, composto de redutos e pontos fortes e **Retaguarda.** Era dada grande importância ao contra-ataque.

Alguns oficiais absorviam conhecimentos de Arte Militar na famosa obra abaixo, escrita pelo general Favé, "**o mais famoso escritor militar francês e um dos teóricos militares mais conhecidos no mundo**", segundo o general Paula Cidade, **em Literatura Militar Brasileira.** Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1959, p. 259.

Obra traduzida pelo tenente Joaquim Alves da Costa Mattos, era:

FAVÉ, general. **Curso de Arte Militar.** Rio de Janeiro, Tip Militar de Costa e Santos, 1882.

O livro tratava de História Militar, Tática, Serviço em Campanha, Instrução de Combate, Emprego das Armas, Fortificação, Ataque e defesa de praças fortes, Batalhas célebres, apontadas como modelos de aplicação da Arte Militar.

Era um livro mais indicado para oficiais **tarimbeiros** ou de tropa sem curso, que aprendiam a Arte Militar, na forma camoniana "**vendo, tratando e pelejando**".

Esta obra foi mandada adotar para a instrução de oficiais em 1882, pelo Ministro da Guerra Franklin Dória, criador da Biblioteca do Exército. Foi apresentada aos leitores com carta do heróico brigadeiro Conrado Bittencourt, comandante do Batalhão de

Engenheiros, da invasão do Paraguai até o final da Guerra, e por largo período no pós-guerra.

A Infantaria em Canudos foi empregada com apoio nas **Instruções para a Infantaria do Exército Brasileiro**, com base em instrução de Portugal (Rio, de Janeiro Imprensa Nacional, 1897), que tratava:

1º Livro — Ensino do recruta;

2º Livro — Ensino da Companhia; e

3º Livro — Ensino do Batalhão e da Brigada.

A Comissão encarregada de tratar do assunto:

Gen Div José Clarindo de Queiroz;

Ten Cel Antônio Moreira César;

Major João de Souza Castello; e

Ten Napoleão Felipe Aché. (Chefe de Missão Militar na 1ª GM, 1914-1918).

Este regulamento, do qual o Arquivo do Exército possui exemplar, era conhecido como **Moreira César**, pois trazia o retrato em bico de pena do mesmo (3 edição), seguramente homenagem após sua morte em Canudos.

As instruções em geral eram adaptações de instruções portuguesas, que por sua vez traziam a influência inglesa.

Eram instruções complexas, que exigiam bastante treinamento, o que não ocorria em realidade. As influências do positivismo e do bacharelismo reagiam à operacionalidade do Exército.

O emprego da Artilharia era apoiado, entre outras, nas seguintes obras do então coronel Severiano Martins da Fonseca, comandante do 2º RA (atual) Florianópolis.

FONSECA, Severiano Martins da. Cel et alli. **Instruções para o serviço dos canhões raiados de campanha e montanha**. Rio de Janeiro, Tip. do Imperial Instituto Artístico, 1872.

_____. **Regulamento para instrução do Serviço de Artilharia**. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1877 (mandado imprimir pelo Duque de Caxias).

Como parte da corrente de pensamento militar que começou a se desenvolver em 1881, no período de 1886-1896, surgiram as seguintes obras do mais tarde coronel Olivério de Deus Vieira, natural do Rio Grande do Sul:

O Militar Arregimentado - 1886, 1891 (2v) e 1896 (2v);

Exame Prático de Cavalaria, Infantaria e Artilharia — 1885 (4v) (Para alferes, tenentes, capitães e majores).

O primeiro era um índice de toda a legislação administrativa e doutrinária de interesse de um oficial na tropa, desde antes da Guerra do Paraguai.

O segundo era um conjunto doutrinário de interesse dos diversos postos nas armas, para obterem promoções mediante aprovação em exames práticos, exigência muito objetiva posta em prática pela República.

Eles refletem a Doutrina Militar aplicada em Canudos.

Seu autor, da modesta obscuridade em que se encontrava em Jaguarão, veio para a capital federal, onde, inclusive, foi ajudante-de-ordens do Ministro da Guerra, do Ajudante General e do Quartel-Mestre General.

Seu mais expressivo trabalho e o único que estava publicado em 1889, foi o:

OLIVÉRIO, Cadete. **O Militar Arregimentado**. Rio Grande, Liv. Evangélica, 1886.

Ele trazia indicação de toda a Legislação publicada nas **Ordens do Dia do Exército** de 1860-86, de interesse das Unidades. Vinha complementar o trabalho a seguir, que indicava toda a Legislação de interesse do Exército até 1874:

SILVA, José Joaquim do Nascimento. **Sinopse da Legislação Brasileira (Exército)**. Rio de Janeiro: Tip. Diário do Rio de Janeiro, 1874, 2v.

Esta foi atualizada de 1885-90 e só publicada em 1891, pela Imprensa Nacional, com apoio do Ministro da Guerra Benjamin Constant. Ela continuou até 1907, formando uma coleção de 10 volumes, mais o **Indicador da Legislação Militar** de A. J. do Amaral, de 1870-1892, em 14 v.

Portanto, em 1889, os militares dispunham dos índices de Legislação de Cunha Mattos até 1840; de Titara 1840-1857; de Nascimento e Silva 1857-89; de A. J. Amaral 1870-1880; e do índice do Olivério de 1806-86.

Todos, pela sua importância, tiveram apoio oficial. O **Arquivo Histórico do Exército** sob nossa direção, conseguiu obter todos estes trabalhos, graças aos desvelos de sua funcionária Adália de Assis.

Eles davam indicações de todo o Corpo de Doutrina que sistematizava então a Organização, Equipamento, Ensino/ Instrução, Motivação e Emprego do Exército, que emanava da **Congregação da Escola Militar**, no Rio.

A complexidade, a abundância, o desdobramento da legislação do Exército "**originaram uma forte corrente lítero -burocrática**", no dizer de Paula Cidade, que trouxe fama e prestígio aos indexadores da Doutrina do Exército, num trabalho extremamente meritório e relevante. Homenagem, pois, aos Cunha Mattos, Ladislau Titara, Nascimento e Silva e Olivério, que tanto contribuíram para racionalizar e dinamizar a administração do Exército.

A deficiência do campo de Instrução/Ensino se refletiu negativamente no campo Emprego, fato agravado pelo bacharelismo e pela influência negativa do positivismo no Ensino do Exército, de 1890-1905.

As ordens eram transmitidas a toques de cornetas e clarins. Elas obedeciam à **Ordenança de toques de cornetas e clarins**, organizada pelo general Severiano Martins da Fonseca e aprovada em aviso de 30 Nov 1887, e mandada adotar por aviso de 12 Mar 1888.

Os toques de cornetas eram em número de 177 e os de clarins 26, totalizando 203 toques, conforme Olivério, **Exame Prático**, 1895 (v. 1. p. 254).

Em 1883, um oficial do Exército, reformado e oriundo do Serviço de Saúde, começou a editar o seu dicionário biográfico que passou a ser conhecido pelo nome de seu autor **Sacramento Blake**, e até hoje instrumento de trabalho de indiscutível valor, no qual, pela primeira vez, são publicadas sínteses biográficas de oficiais do Exército Brasileiro que até então mais se haviam notabilizado. Estes trabalhos, relativamente a oficiais generais do Exército de 1808-1908, foram realizados por Pretéxtato Maciel e Laurênio Lago. Após só um número restrito de oficiais generais foi biografado no **Dicionário Biográfico da FGV**. Existe uma lacuna muito grande até os dias atuais.

Nota: No projeto História do Exército no Rio Grande realizamos sínteses biográficas de todos os generais comandantes de Grandes Unidades: CMS, 3ª RM, 3ª e 6ª DE, 8ª Bda Inf Mtz, 6ª Bda Inf Bld, 1ª2ª e 3ª Bda Cav Mec, AD 3ªDE e AD 6ªDE

Até a entrada em vigor do **Regulamento de Estado-Maior do Exército**, aprovado pelo Decreto nº 3.189 de 6 Jan 1899, segundo se conclui de Tasso Fragoso, "**não havia órgão encarregado no Exército de estudar, em sistema, prováveis Teatros de Operações, Planos de Campanha, Mobilização, Concentração e Transportes**". Havia muita improvisação. Quem tinha que fazê-lo era a Repartição do Ajudante-General, cujos integrantes eram imobilizados para estas funções, pela rotina administrativa.

Ainda em 1881, o **Diretório Militar**, que funcionou no consistório da Igreja Santa Cruz dos Militares, editou o Jornal **O Soldado**, "**órgão destinado à defesa dos interesses dos militares**" e de acesso à cidadania.

Ele defendia o direito do militar brasileiro de participar da administração pública e representação da classe militar nos legislativos.

Estas reivindicações se tornaram mais agudas com a orfandade simbólica dos integrantes do Exército, na defesa de seus interesses, que até pouco tempo vinham sendo feitas pelos falecidos senadores Duque de Caxias e Marquês do Herval.

A Biblioteca Nacional possui os originais de números do citado jornal.

Como se pode concluir, o período 1881-89 foi acompanhado de um surto vigoroso do pensamento militar brasileiro, o qual trazia no seu bojo o ideal de modernização do Exército, já registrado em 1854 pelo Jornal **O Militar**, editado no Rio de Janeiro por um grupo de jovens oficiais e do qual a Biblioteca Nacional possui alguns números.

Ideal de modernização só concretizado entre 1899-1945.

ASPECTOS DA VIDA NA CASERNA – 1889

Os quartéis eram precários, a começar pelo velho Quartel-General do Exército no Campo de Santana, que entrou para a História da Proclamação da República. Longe estavam de apresentar os aspectos das modernas casernas construídas por Hermes da Fonseca e depois por Calógeras, e na atualidade. Um bom quartel era o do 1º RC, construído pelo Ministro Junqueira.

A vida nas Unidades era regulada pelo **Regulamento para a Disciplina e Serviço Interno dos Corpos Arregimentados em Quartéis Fixos**, aprovado pelo Decreto nº 6373 de 15 Nov 1876, baixado pela Princesa Izabel e referendado pelo Chefe do Gabinete de Governo e Ministro da Guerra, Duque de Caxias e com disposições comuns: Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros. As atribuições do comandante da Unidade possuem ainda muita atualidade, são fruto de sabedoria castrense.

Embora o Serviço Militar Obrigatório, através do sorteio militar, fosse aprovado em 1874, somente em 1916, 42 anos mais tarde, foi implementado.

O Exército era constituído de voluntários mobilizados nas camadas mais humildes, de recrutados à força e de engajados.

Assim, as Unidades viviam com seus efetivos desfalcados e a própria Guarda Nacional concorria com o Exército, no recrutamento.

O recrutamento para o Exército e Armada era regulamentado pelo Decreto nº 5.881 de 27 Fev 1875, em função da Lei nº 2.556 de 26 Set 1874, do Recrutamento Militar.

O Capítulo I do Regulamento determinava:

"Art. 1º: O recrutamento para o Exército e Armada será feito:

Parágrafo 1º: Por engajamento e reengajamento de voluntários.

Parágrafo 2º: Na deficiência de voluntários, por sorteio dos cidadãos brasileiros alistados anualmente na conformidade da Lei 2.556, de 26 Set 1874."

Este parágrafo só foi executado em 1916, repito..

O Decreto em pauta foi alterado às vésperas da República, pelo Decreto nº 10.226 de 5 Abr 1889, no tocante ao alistamento militar.

O Exército era assim permanente, sem reservas, e seus soldados com 20 anos obtinham reforma.

Os quartéis eram circundados por vielas, onde os soldados se instalavam com suas famílias ou em terrenos cedidos pelos comandantes.

A revista do recolher era às 21:00 horas. Aí todos os soldados se recolhiam ao quartel. Feita a chamada, uma praça antiga puxava a reza do Terço do Rosário e depois era cantada a ladainha Virgem da Conceição.

Após, os casados eram liberados, com proibição de perambularem pela rua.

Os sargentos eram em grande parte solteiros e moravam no quartel. Aos 2º sargentos competiam os trabalhos de escrituração, a mão, de todos os trabalhos do corpo. As penas substituíam as modernas máquinas de escrever.

O Exército era católico apostólico romano.

A tropa era obrigada a assistir missas aos domingos e dias santos.

Chama-se oficial de Estado-Maior o atual oficial de dia; **Ordem do Dia**, o Boletim diário; **Fê-de-Ofício**, as alterações de oficiais; e **Sentinela**, os plantões da hora. As refeições chamavam-se **almoço**, que era serviço às 7:00 horas da manhã (feijão, arroz e carne); **jantar ao meio dia** e as ceias às 1830 da tarde. Isto no verão. No inverno eram adiantados de uma hora.

O oficial de Estado-Maior possuía, como auxiliar, o sargento de ordens. Sua sala era chamada a Sala de Estado.

Os soldados podiam casar, desde que com licença de seu comandante, podendo residir com sua mulher no quartel ou no acampamento, desde que ela se comportasse com honestidade e decência.

Era muito usual o uso do salto alto. Os uniformes eram de cores vivas. **Os cabelos eram usados longos. A barba era basta e considerada sinal de virilidade e austeridade. Cortada, colocaria em jogo o conceito e bom senso do oficial.** Eram usados moscas, cavanhaques, barbas suíças e costeletas. Todas estas modalidades eram penteadas, tratadas e até perfumadas. Os bigodes eram torcidos com auxílio de aparelhos especiais e muito perfumados.

A cobertura colocada de lado era sinal de elegância. Mas muitos militares abusavam dessa característica, o que era sinal de pessoa valente e audaz. Muitos valentões assim usavam a cobertura.

Os oficiais divertiam-se com jogos de gamão e dominó, praticados na sala de oficial de Estado-Maior. Não existiam cassinos. O expediente iniciava entre 10:00 e 11:00 horas da manhã e terminava com o toque de ordem, como hoje. O subcomandante era o major fiscal. Este, junto com o ajudante e o agente do rancho eram os mais sobrecarregados.

O terror das praças era o Ajudante, a quem estava afeta a disciplina fora do âmbito das subunidades. O futuro Duque de Caxias havia sido ajudante do Batalhão do Imperador, na Guerra da Independência, na Bahia.

Era comum nos quartéis os cadetes e os soldados particulares. Eles gozavam de muitas regalias. Frequentavam as rodas de oficiais.

Quando em forma, ficavam sob o comando de sargentos e cabos. Eles emprestavam aos quartéis um tom de alegria. Os cadetes forneciam os oficiais para o Exército, via tropa e via Escola Militar. Estavam sujeitos às mesmas penas disciplinares que os oficiais.

As Guardas, a comando de oficial, deslocavam-se pelas ruas sem cadência. A cada quadra o corneteiro tocava duas árias choradas. À noite, as sentinelas alertavam-se reciprocamente. A sentinela das Armas (do Portão das Armas), gritava para a mais próxima — "**Sentinela Alerta!**" e recebia como resposta — "**Alerta estou**", e prosseguia para a próxima — "**Sentinela Alerta!**", etc. Qualquer anormalidade, lá ia o Cabo da Guarda verificar a razão da não resposta. O quarto de serviço era como hoje, de duas horas.

Todo oficial, de capitão para cima, possuía seu ordenança que o acompanhava como uma sombra, até em sua residência.

A cama do soldado era chamada de **tarimba**, um largo estrado de madeira sobre o qual os soldados dormiam em grupos. **Tarimbeiro** era o militar acostumado com a vida na tropa. Este adjetivo passou a designar os oficiais formados na tropa, ou com grande vivência e dedicação a ela, ao contrário dos **científicos**, oficiais bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas, com cursos na Escola Militar, muito comuns no Exército até 1905, quando o profissionalismo militar passou a ter a merecida ênfase.

Em 1889, já se fazia largo uso de camas nos quartéis.

Os soldados divertiam-se jogando cartas, sete e meio, trinta e um e primeira. No Rio Grande do Sul jogava-se muito o osso.

O emprego mais comum dos soldados era dar guarda em repartições fazendárias, edifícios públicos e presídios e, no interior, rondas noturnas de cidades e mesmo a caça de bandidos, quando a polícia revelava-se impotente para solucionar o problema.

No dia 15 de novembro de 1889, o 1º BI, atual Regimento Sampaio, estava de serviço. No seu quartel, o QG do Exército, só restaram cerca de 40 homens para guarnecê-lo.

O QG do Exército já possuía iluminação a gás, bem como outras OM do Rio, cujo uso era regulado pela Ordem do Dia de 21 Nov 1884. Foi uma grande inovação.

As continências entre militares eram reguladas pela Ordem do Dia do Ajudante-General nº 777, de 14 Ago 1871, que dava muita ênfase a continências a Santos, ao Imperador e Família Real. A República modificou por completo a tabela, com a separação da Igreja do Estado e novo regime.

Cada oficial, ao ser promovido, tinha que prestar por escrito, perante o seu comandante, o seguinte juramento:

"Juro aos Santos Evangelhos, em que ponho a mão direita, perante o Comandante da minha Unidade que, quanto me for possível, servirei fielmente, e de boa vontade, como bom e leal súdito a Sua Majestade Imperial, e obedecerei, com a mais exata prontidão e respeito, aos Artigos de Guerra, Regulamento e Ordenanças Militares, e a todas as ordens dos meus superiores, concernentes ao Imperial serviço; e de não me apartar, por pretexto algum, do meu Regimento, Batalhão, ou Corpo sem licença, nem desamparar as bandeiras debaixo das quais estou alistado, e as seguirei, nos maiores perigos, até derramar todo o meu sangue em sua defesa, da Independência do Império, do sistema Constitucional nele adotado e da Dinastia Imperial, e de dar toda a ajuda e favorecer as Justiças de Sua Majestade Imperial, sendo-me por elas requerido; como também de não me valer dos soldados do meu Regimento, Batalhão, Companhia, nem de parte deles para caso algum, meu particular, nem de parente ou amigo meu, posto que importe a segurança da minha vida, ou honra: e tudo o sobredito me obrigo a cumprir sem cautela, engano ou diminuição alguma. Para firmeza do que, assinei este Termo de Juramento".

FONTES CONSULTADAS Primeira Parte

Principais, além das citadas no texto:

- ALMANAK DA GUERRA, 1889. Rio, Imp. Nac.1889.
- ARARIPE, Tristão Alencar de. O Exército Brasileiro a partir da Guerra do Paraguai In: **RIGHMB**, nº 33 e 34, 1958, p. 2-34.
- CIDADE, Francisco de Paula, Cel. O Exército em 1889, In: **República Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1939.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da Identidade -O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

- MAGALHÃES, João Baptista, Cel. **A Evolução Militar do Brasil** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1958.
- MATTOS, João Baptista, Gen. Origem e História do Juramento Militar no Brasil, In: **RIGHMB**, nº 45, 1964, p. 39-52.

SEGUNDA PARTE

A GUARNIÇÃO DO EXÉRCITO DO RIO DE JANEIRO PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Foi decisiva a participação da Guarnição do Exército, sob a liderança do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, secundado pelo major Benjamin Constant, na revolução republicana de 15 Nov 1889, da qual resultou a Proclamação da República.

É o que veremos na parte a seguir, complementando-a com as participações da Armada, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ressaltando também os papéis desempenhados pela Casa do Marechal Deodoro, pelos clubes Militar e Naval e pela Igreja Santa Cruz dos Militares.

Abordaremos outras OM da Corte que não tiveram participação direta, ao menos conhecida nas fontes relacionadas ao final. Ao concluir esta parte, terá o leitor uma visão ampla de como se processou, eclodiu e se impôs a República Brasileira, de modo incruento, embora sem calor popular, pois tratava-se de uma conspiração, ao contrário da Revolução Francesa, proclamada com muito calor popular, mas ao custo de um banho de sangue de grandes proporções que atingiu muitos de seus promotores. Esta é a realidade histórica!

Residência do Marechal Deodoro — 1889

Conhecida hoje como Casa de Deodoro, integra o Museu Histórico do Exército. Foi alugada pelo Marechal, no período 1889-91. Dela, Deodoro saiu na madrugada de 15 Nov, numa caleça, para liderar os fatos que culminaram com a República, por ele conquistada de fato, ao dominar a situação militar no QG do Exército, pela manhã, e de direito, ao assinar nesta casa, à tarde, o Decreto de Proclamação da República Brasileira. Ela possui grande projeção histórica por haver abrigado, entre outras, as seguintes reuniões básicas para a Proclamação da República e seu encaminhamento: 4 Nov 1889 - Benjamin Constant, Wandenkolk e outros oficiais visitam Deodoro e o convidam a aderir à conspiração republicana; 10 Nov 1889 — Benjamin Constant visita Deodoro e comunica-lhe a decisão do Clube Militar no sentido de apoiar a Proclamação da República decidida no dia anterior; 11 Nov 1889 — Deodoro recebe em sua casa os líderes civis republicanos Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Ruy Barbosa e Francisco Glycério, que obtêm sua adesão à República; 13 Nov 1889 — Deodoro recebeu em sua casa o Marechal Floriano — Ajudante-General do Exército — a quem comunicou estar à frente da sublevação do Exército, contra o Gabinete Ouro Preto; 15 Nov 1889 — assina em sua casa, à tarde, como Chefe do Governo Provisório e perante seu Ministério, reunido, o Decreto nº 1, de 15 Nov 1889, que rezava:

"Art. 19 — Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de Governo da Nação Brasileira — A República Federativa".

Nesta casa teria lugar a assinatura de outros atos importantes relativos ao ordenamento jurídico da República, como primeira sede do Governo da República, antes do Palácio Itamarati.

Quartel-General do Exército — (QG)

No Quartel-General aquartelavam-se os 1º BI e 10º BI, atuais regimentos Sampaio e Avaí, e tinham sede a Secretaria da Guerra, a Repartição do Ajudante-General e outras repartições. Nele reuniu-se, na madrugada de 15 Nov, na Secretaria da Guerra, quase todo o Gabinete Ouro Preto, defendido por forças que convocara e dispostas em seu interior e exterior. O 1º BI neste dia estava reduzido a 40 homens, por estar dando guarda a diversas repartições, e havia acompanhado expedição comandada por Deodoro em Mato Grosso. O 10º BI, simpático à revolução, fora mandado até a Lapa para conter o avanço da Escola Militar da Praia Vermelha. Deodoro à frente da 2ª Brigada do Exército, com reforços, a dispôs defronte ao QG, em ordem de batalha. Determinou que a Brigada Provisória que defendia o QG se incorporasse ao seu dispositivo, no que foi atendido, como parte do plano revolucionário. Atendeu à direita, um incidente envolvendo o Barão de Ladário, Ministro da Marinha, que então foi detido e ferido ao reagir. Procurou, através do Marechal Floriano, conferenciar com o Visconde de Ouro Preto. Não sendo atendido, por volta das 09:00 horas forçou o portão principal do QG, que foi aberto por guardas do 1º BI. A seguir, precipitou-se através dele, a cavalo e com o boné na mão direita, conforme Henrique Bernadelli o immortalizou no óleo original existente no Museu da AMAN. Então, ordenou ao 7º BI, que comandara na recente expedição a Mato Grosso, que abrisse o toque a que tinha direito. Um capitão desta unidade deu-lhe um viva, que foi reproduzido por toda a tropa formada no pátio do QG. Aí, segundo Pedro Calmon, **"Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro"**. Determinou então que a tropa se reunisse no exterior do QG com a 2ª Brigada. Visivelmente abatido, por muito doente desde a véspera, desmontou e subiu até o 2º andar, sobre o portão principal do QG, onde estavam reunidos os seguintes ministros do Gabinete Ouro Preto, na Secretaria de Guerra: Ouro Preto, Chefe do Gabinete; Visconde de Maracajú, Ministro da Guerra; Barão de Loreto, Ministro do Império; Cândido de Oliveira, Ministro da Justiça; Lourenço de Albuquerque, Ministro da Agricultura; e José Francisco Diana, Ministro de Estrangeiros. Deodoro, ao penetrar na Secretaria junto com o Marechal Floriano que participava da conspiração, dirigiu-se a seu primo Visconde de Maracajú: — **"Adeus primo Rufino"**. Depois de áspera discussão com Ouro Preto, declarou que **"o Gabinete estava deposto e que todos poderiam ir para suas casas e que seria organizado outro Gabinete com as indicações que iria levar ao Imperador"**. A seguir, desceu e colocou-se à frente das tropas para um desfile pela cidade. Em nenhum momento no QG, ele declarou proclamada a República, fato formalizado à tarde em sua residência.

2ª Brigada do Exército (2ª Bda Ex) 1º Regimento de Cavalaria (1º RC)

Foram os mais envolvidos no movimento militar que culminou com a Proclamação, em 15 Nov. Fez a vanguarda a 2ª Brigada do Exército, desde seu quartel, em São Cristóvão, até postar-se sob o comando de Deodoro, defronte ao QG do Exército. O 1º RC se articulou na ala direita, em coluna, na altura da Escola Rivadávia Correia e com guarda nas ruas laterais ao Campo de Santana, que desembocam defronte ao QG do Exército. O regimento marchou sem a bandeira imperial para o Campo de Santana, e foi o que forneceu a montada com a qual o Marechal Deodoro teve sua histórica atuação, em 15 Nov. Montada que passou à história com o baio nº 6, base da tradição atual dos comandantes do 1º RCG — Dragões da Independência de Brasília — que usam simbolicamente um cavalo baio, como montada oficial privativa. O 1º RCG — atualmente

em Brasília —, foi criado em 13 de Mai 1808, pelo Príncipe D. João, no dia de seu aniversário, com a denominação de 1º Regimento de Cavalaria do Exército. Foi um piquete do 1º RC que reconheceu, na manhã de 15 Nov, o dispositivo defensivo do QG do Exército.

2º Regimento de Artilharia de Campanha (2º RAC)

O 2º RAC teve papel proeminente no conjunto de forças que apoiaram a Proclamação da República, em 15 Nov, pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Integrando a 2ª Divisão do Exército, formada pelos 1º RC e 9º RC e mais o reforço da Escola Superior de Guerra (ESG), compôs a coluna de cerca de 500 homens que marchou desde São Cristóvão até defronte o QG do Exército, para apoiar o Marechal Deodoro na neutralização do Gabinete Ouro Preto ah reunido, bem como as forças que o apoiaram. Suas 16 peças Krupp, as únicas de campanha na corte, foram decisivas para desestimular qualquer resistência armada do último Gabinete do Império.

O 2º RAC aquartelava ao lado do 1º RC (ambos, atual quartel do CPOR/RJ), que também abrigava o 9º RC, recém-chegado de Ouro Preto. Os ânimos no 29 RC estiveram tensos nos dias 12 e 13 Nov, pela circulação, em seu interior, de edições dos jornais *Correio do Povo* e *Dia*, "dizendo da péssima situação que o governo deixara o Exército", e no dia 14, pelo boato que a Unidade seria embarcada para fora do Rio de Janeiro. O regimento, como preparativos do movimento militar, teve de usinar lanternetas de 8 "para 7 1/2", e pedir ao Laboratório Pirotécnico do Campinho o fornecimento de 100 granadas. O 2º RAC foi instalado, em 19 Mai 1874, no local acima. Originou-se do 19 Batalhão de Artilharia a Pé, que atuou na guerra do Paraguai ao comando, inclusive, do então coronel Manoel Deodoro da Fonseca. É repositório de suas tradições o 1º grupo de Artilharia Auto-Propulsado da Vila Militar no Rio de Janeiro.

9º Regimento de Cavalaria (9º RC)

Havia sido transferido de Ouro Preto, Minas Gerais, em razão de incidentes 'com a Polícia Militar daquela Província, onde foi substituído pelo 23º Bl. Seu quartel era o do 19 RC. Participou ativamente do movimento militar de 15 Nov 1889. Integrou a coluna de marcha da 2ª Brigada do Exército, a pé e armado de espada, clavina e revólver, protegendo a Artilharia. Formou defronte ao QG do Exército, na manhã de 15 Nov, entre a ESG, a sua esquerda, e uma Companhia da Polícia da Província do Rio de Janeiro. O 9º RC fora criado em 18 Ago 1888, em Ouro Preto - MG. Dele se originam, entre outros, os atuais e centenários 17º RC MEC - Regimento Major Sólton Ribeiro, e o 29 RCC -Regimento Andrade Neves. Toda a oficialidade da 2ª Brigada (1º RC, 2º RAC, 9º RC e reforço da ESG) havia assinado um **Pacto de Sangue**, em 11 Nov, "**de acompanhar Benjamin Constant em suas deliberações até o terreno da resistência armada**". A 2ª Brigada do Exército foi, sem dúvida, no campo militar, o motor da Proclamação da República. A ela pertencia o 1º Batalhão de Engenheiros acantonado no Realengo.

Estrutura do Ensino Militar do Rio de Janeiro - 1889 Escola Superior de Guerra (ESG)

Situava-se no local onde aquartela o Batalhão de Guarda, em prédio que pertencia ao Barão de Mauá e fora sede do Arquivo Real Militar. Sua participação foi importante através de seus cerca de 60 alunos, que marcharam desde São Cristóvão até o QG do Exército, integrando a 2ª Brigada. Entre eles os então alferes Rondon, Tasso Fragoso, Jose Cândido da Silva Muricy e Alberto Cardoso de Aguiar. Este, atual Patrono dos

Bombeiros do Rio de Janeiro. Os integrantes da ESG fizeram a guarda de Benjamin Constant. Formaram depois do 1º RC, o 2º Grupamento de marcha, até o Campo de Santana, onde ocuparam o último lugar na formatura, junto ao Itamarati e ao lado do 9º RC.

A ESG fora criada ainda em 1888. Destinava-se a instruir nos Cursos: de Artilharia, de Estado-Maior e de Engenharia Militar, os oficiais que mais se haviam distinguido nas escolas militares da Corte, do Rio Grande e Ceará. Ao final do curso ela conferia o diploma de Engenheiro Militar e de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas.

Escola Militar da Corte

Foi um dos principais focos, junto com a ESG, do republicanismo no Exército. Parte dela marchou dia 15 Nov para o Campo de Santana, em apoio ao Marechal Deodoro e ao comando do major Marciano de Magalhães, irmão caçula de Benjamin Constant. Marcharam da Praia Vermelha até Botafogo. Daí à Gloria viajaram em bondes. Detidos pelo 10º BI, este decidiu recolher-se ao Campo de Santana quando informado, falsamente, que a República fora proclamada pelo Marechal Deodoro. A Escola Militar incorporou-se às forças da 2º Brigada postadas frente ao QG do Exército, quando Deodoro, depois de adentrá-lo, recebeu a adesão da tropa em seu interior.

A Escola Militar, em 15 Nov, chamava-se Escola Militar da Corte (1855-89). Fora construída na primeira administração do Ministro da Guerra, Marquês de Caxias.

Sabe-se que na Escola Militar as idéias republicanas prosperaram desde 1874, data em que o seu aluno Hermes Rodrigues da Fonseca já freqüentava o Clube Republicano, integrado por alunos da Escola. Eles viam e sonhavam com a República, ***"como regime inspirado no interesse coletivo, onde imperasse a mais completa liberdade espiritual, a mais absoluta honestidade e desinteresse no trato da causa pública e no qual só os competentes fossem escolhidos para o exercício de funções sociais"***.

Escola de Tiro de Campo Grande (ETCG)

A Escola de Tiro de Campo Grande complementava a estrutura de ensino do Exército. Destinava-se a aperfeiçoar e a completar a instrução dos oficiais e praças de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, egressos das escolas militares, em tiros de Artilharia e de armas portáteis.

No ano da Proclamação ela funcionou com 45 alunos, dos quais 6 oficiais e 39 praças de pré.

Em 1889, a escola estava sob o comando do brigadeiro José Simeão de Oliveira, que como major trouxera a espada do Marechal Solano Lopes desde Cerro Corá, até o Imperador, no Rio de Janeiro; e como coronel fora aí Secretário do Clube Militar, fundado em 26 Jun 1886. O brigadeiro José Simião o estudamos como secretário na fundação do Clube Militar e disponível em Livros e Plaquetas no site www.ahimtb.org.br

Atuação dos Batalhões 7º de Infantaria e de Engenheiros

7º Batalhão de Infantaria (7º BI)

O 7º BI, que aquartelava nos fundos do Mosteiro de Santo Antônio, teve papel importante na Proclamação da República.

Havia chegado, em 2 Mar 1889, junto com os 1º BI e 24º BI, de expedição ao Mato Grosso, ao comando do Marechal Deodoro, e gozava da confiança do mesmo e era favorável à revolução republicana. Em 15 Nov, uma de suas companhias fora destacada para o Morro do Castelo, para proteger o Arsenal de Guerra e também o Hospital Militar

da Corte. Ela cumpriu a importante função tática de ficar em condições de impedir o desembarque do 1º Batalhão de Artilharia de Posição, da Fortaleza de Santa Cruz, na Praia do Arsenal de Guerra, para apanhar peças de Artilharia e fazer frente às tropas da 2ª Brigada do Exército.

O restante do Batalhão, numerando 120 homens, foi convocado para ocupar o pátio do QG do Exército para nele defender o Gabinete Ouro Preto, ameaçado por tropa ao comando de Deodoro.

Na manhã e tarde de 14 Nov, o 7º BI foi agitado pela notícia, que chegou até ele, que seria embarcado para fora do Rio. A notícia de que o levante militar seria na manhã de 15 Nov foi-lhe comunicada pelos alferes Augusto Tasso Fragoso e Cândido Mariano Rondon, alunos diletos de Benjamin Constant e por ele enviados naquela missão.

Quando Deodoro penetrou impetuosamente no pátio do QG, através de seu portão principal, defronte ao atual Pantheon que guarda os restos mortais do Duque de Caxias, foi a banda do 7º BI que deu o toque a que tinha direito e um capitão seu, que logo a seguir deu um brado viva o Marechal Deodoro da Fonseca, que foi respondido por toda a tropa do pátio, significando, assim, a adesão ao velho Marechal. O 7º BI, no início do século, foi incorporado ao atual Regimento Sampaio, que hoje guarda as suas tradições. Assim, foi o Sampaio a única tropa de Infantaria a apoiar Deodoro no interior do QG do Exército, em 15 Nov 1889.

No Mosteiro de Santo Antônio acha-se guardado o altar de campanha do Duque de Caxias onde, freqüentemente, como cristão de fé robusta, assistia as missas.

Batalhão de Engenheiros (BE)

Aquartelava provisoriamente no prédio que serviria mais tarde (1911-44) de Escola Militar, no Realengo. O Gabinete Ouro Preto **"providenciou para que o Batalhão se deslocasse do longínquo Realengo do Campo Grande"**. Ele integrava a 2ª Brigada do Exército.

Sabe-se hoje que o BE foi atingido pela conspiração. Elementos seus, destacados na Escola da Praia Vermelha, a acompanharam até o Campo de Santana. Em 6 Nov 1889, seu comandante tornou público, em ordem interna, **"a tomada de providência para evitar que suas praças tomassem parte em reuniões suspeitas"**. Era a conspiração republicana em marcha. Uma de suas companhias tomava conta da Escola de Tiro de Campo Grande, ao lado.

O Batalhão de Engenheiros fora criado em 23 Jan 1853.

É guardião de História e Tradições do Batalhão de Engenheiros, o 1º BE Cmb - Batalhão Vilagran Cabrita, aquartelado em Santa Cruz - RJ.

Fortalezas da Barra do Rio de Janeiro — 1889 Fortaleza de Santa Cruz

O Gabinete Ouro Preto fez de tudo para contar a seu favor, para enfrentar o movimento militar que culminou com a República, com o 1º Batalhão de Artilharia de Posição (1º B Art Pos), que guarnecia a Fortaleza de Santa Cruz. Planejava o Gabinete Ouro Preto atravessar a Guanabara com o 1º B Art Pos, desembarcá-lo na Praia do Arsenal de Guerra e equipar-se com onze canhões Krupp e seis Whithworth ali depositados. O Batalhão não chegou a mover-se da Fortaleza. E se o fizesse teria dificuldades ou impossibilidade de desembarcar no Arsenal de Guerra, dominado por uma companhia do

7º BI, em posição no Morro do Castelo. A Fortaleza aderiu ao movimento que proclamou a República.

A Fortaleza de Santa Cruz é a fortificação brasileira mais majestosa e bela e a que mais lutou; é a mais respeitada pelo seu grande poder de fogo e muito vantajosa posição. Sua origem remonta a 1555 quando a posição foi fortificada por Vilelaignon.

Atualmente a Fortaleza de Santa Cruz, com forte apelo e interesse turístico, presta relevante apoio ao Exército, como Quartel-General da Brigada de Artilharia de Costa e Antiaérea, solução que concilia de forma notável a necessidade de sua preservação como monumento arquitetônico de rara beleza e valor.

Fortaleza de São João

Na Fortaleza de São João aquartelava, em 15 Nov 1889, a Escola de Aprendizes de Artífices Artilheiros, que recebeu ordens de deslocar 100 homens para o QG do Exército, o que efetivamente não se verificou. Aderiu a tropa à República tão logo soube de sua proclamação. Também nela aquartelava uma bateria do 1º Batalhão de Artilharia de Posição.

Nesta Fortaleza funcionava, em 1889, a mencionada Escola destinada a formar chefes de peças e artilheiros para todas as Unidades de Artilharia do Exército, cujo comandante geral era o Conde D'Eu.

Em 1889, no ensino prático e teórico, a escola teve 930 aprovações e 159 reprovações. O local da Fortaleza foi berço da cidade do Rio de Janeiro e local da morte e sepultamento de seu fundador, Estácio de Sá. Nela funcionou, em 1855-56, provisoriamente, a Escola Militar, antes de ser construída na Praia Vermelha.

Em seu perímetro original, funcionam a Escola Superior de Guerra e Escola de Educação Física do Exército.

Estrutura de Apoio em Material Bélico — 1889 Fábrica de Armas da Conceição

Situava-se onde hoje aquartela a 5ª Divisão de Levantamento, no Morro da Conceição, em dependências da Fortaleza da Conceição, construída por volta de 1715, para a defesa do Porto do Rio de Janeiro. No local, Duguay Trouin havia instalado uma bateria, em 1711.

A Fábrica de Armas surgiu independente do Arsenal de Guerra da Corte, em 30 Fev 1885, e da 3ª Seção do mesmo, e como oficina de espingardeiros. Não teve ação digna de nota na Proclamação da República. Em 1889, ela havia consertado 553 armas portáteis; fabricado 5.230 peças de armas e executado 4.229 modificações em carabinas Comblain. Nos idos de 1791, serviu de prisão aos inconfidentes Tomaz Antônio Gonzaga e José Maciel.

Arsenal de Guerra da Corte

Situava-se na área onde, desde 1922, foi erigido o edifício do Museu Histórico Nacional. Ele, junto com os arsenais de Guerra da Bahia, de Pernambuco, do Pará, do Rio Grande do Sul e Mato Grosso compunham parte do apoio logístico ao Exército Brasileiro, particularmente na parte de Armamento. De seu interior, em 15 Nov, saiu uma tropa com o propósito de defender a Monarquia, mas que logo aderiu à República. Sua famosa banda de menores aprendizes animou o histórico baile da Ilha Fiscal, em 9 Nov, em frente ao velho Arsenal. Ele foi erigido em 1762, como Casa do Trem, e ganhou grande impulso com o Conde da Cunha, 1º Vice-Rei no Rio de Janeiro.

Em 1889, o Arsenal de Guerra contava com 116 menores pobres aprendizes e com 106 artífices militares. O Arsenal, depois de mais de dois séculos e meio no endereço citado, transferiu-se para modernas e amplas instalações na ponta do Caju, onde se encontra até hoje.

Laboratório Pirotécnico do Campinho (1863-1900)

Ao Laboratório Pirotécnico do Campinho coube o encargo de fornecer algumas granadas ao 2º Regimento de Artilharia de Campanha (2º RAC), com vistas ao movimento que culminou com a Proclamação da República.

O laboratório fora instalado em Campinho com o nome de **Fábrica de Munições e Petrechos (1851-63)**, no interior do perímetro do forte de Nossa Senhora do Campinho, erigido em 1822, sobre ruínas de fortins erigidos em 1720, e no estratégico local do aquartelamento atual do 15º RC Mee.

O Laboratório Pirotécnico prestou relevante apoio logístico específico às forças do Exército na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70). Em 1889, o Laboratório preparou as munições e artificios de guerra destinados às unidades e fortalezas do Exército. O trabalho noturno era apoiado por instalações elétricas, à base de lâmpadas incandescentes de corrente contínua, recém-inauguradas.

A esta estrutura de Material Bélico comunicou-se o desgosto que lavrava na tropa do Exército, em razão de seus armamentos e cavalos serem utilizados para o treinamento da Guarda Nacional, "visando-se com isto substituí-la pelo Exército na segurança da Corte" com o esfriamento da Questão Militar, ainda latente.

Estrutura Assistencial do Exército — 1889 Asilo dos Inválidos da Pátria da Ilha do Bom Jesus (1868/1976)

O Asilo não teve atuação digna de nota na Proclamação da República. Neste dia, nele aquartelava o 24º BI que fora organizado com companhias extintas do 10º BI e que não poderia atuar por estar isolado na ilha do Bom Jesus, necessitando, para atingir o continente, de lanchas e batelões e, assim, atuar contra as forças que apoiaram Deodoro na Proclamação da República. Não atuaram também os 22º BI e o 23º BI, organizados com companhias extintas, respectivamente, dos 1º BI e 7º BI, formadores do atual Sampaio. O 22º BI foi enviado para a Província do Amazonas, dentro de uma política de esvaziamento do Rio de Janeiro. Era favorável à República. Foi aconselhado a embarcar, sem reação, para não denunciar a conspiração republicana. O 23º BI, também favorável a Deodoro, fora enviado para Ouro Preto, poucos dias antes de 15 de novembro, para substituir o 9º RC que vinha tendo incidentes com a força policial de Minas Gerais.

O Asilo dos Inválidos da Pátria, extinto em 10 Jun 1976, fora fundado em 29 Ago 1868, depois de diversas tentativas de criar-se um Asilo **"onde os militares de terra e mar, inutilizados no serviço da Pátria, fossem recolhidos ao abrigo da miséria e principalmente os que, na guerra, adquiriram lesões que os impossibilitaram para o trabalho"**. O Asilo foi inaugurado em 29 Jul 1868, nos edifícios que hoje abrigam a Companhia de Comando e Serviços da 1ª Região Militar - Mar Hermes Rodrigues da Fonseca.

Em sua capela foram depositados, em dezembro de 1869, com a presença do Imperador e altas patentes do Exército e da Armada, os restos mortais do Brigadeiro Antônio de Sampaio, até seguirem para o Ceará. Nela descansaram de 16 Nov 1879 até 3 Dez 1887, os restos mortais do Marechal- de- Exército Manoel Luiz Osório, até serem transferidos para a Santa Cruz dos Militares.

Imperial Colégio Militar

Não teve atuação digna de nota na Proclamação da República. Guarda, em seu arquivo histórico, carta do Marechal Deodoro comunicando-lhe a Proclamação da República. O Colégio Militar foi criado em 9 Mar 1889 (Dec. 10.202) e inaugurado em 06 Mai 1889. Segundo o seu criador, o conselheiro Thomaz Coelho, em seu relatório de 1889, como Ministro da Guerra, o Colégio Militar foi **criado "no intuito de proporcionar aos filhos dos militares ou àqueles que desejam seguir a carreira das armas, os meios de receberem instruções que em poucos anos lhes abram as portas das Escolas Militares do Império"** (da Corte, do Rio Grande do Sul e do Ceará). Os recursos para aquisição do majestoso edifício inicial do Colégio Militar foram fornecidos pelo Conselho do Patrimônio do Asilo de Inválidos da Pátria, que continuou a concorrer para a manutenção do Colégio, com as obras do rendimento do Patrimônio do citado Asilo.

Hoje, exatamente quando completa um século, **passou a admitir meninas como suas alunas, por certo um ponto de inflexão expressivo em sua brilhante e benemérita trajetória e, talvez, uma abertura para que no futuro de igual modo que em West Point, brasileiras venham a freqüentar a Academia Militar das Agulhas Negras. Esta nossa previsão tornou-se realidade em 2016 ,decorridos 27 anos.**

Estrutura de Saúde do Rio de Janeiro — 1889 Hospital Militar da Guarnição da Corte

Não teve participação digna de nota na Proclamação da República, embora a ela tenha aderido sem contestação. Mas existem evidências que seu pessoal militar era simpático à revolução republicana. O Hospital Militar instalou-se no Morro do Castelo, em 1769, com o nome de Hospital Real e Militar de Ultramar. Nele, D. João fundou no Brasil, em 2 Abr 1808, o ensino médico no Rio de Janeiro, com o curso de **"ligaduras, cortes e operações de cirurgia"**. Em 12 Abr 1808, foi introduzido o curso de "Medicina Teórica e Prática" e, em 20 Set 1808, o de "Terapêutica Cirúrgica e Particular". Estes cursos passaram a comportar a Academia Médico-Cirúrgica, criada em 1813 e transferida para a Santa Casa de Misericórdia, tendo após funcionado no Hospital Militar (1844-50). **Nele foi aplicada, em 1847, a primeira anestesia a éter no Brasil.**

O Hospital, em 1889, tratou 4.003 pacientes, dos quais 3.714 foram curados, 35 transferidos e 76 faleceram.

Enfermaria do Andaraí

Instalada em 1º Fev 1867, destinada a convalescentes como dependência do Hospital Militar, e durante e após a Guerra da Tríplice Aliança, quando tomou grande desenvolvimento. Situava-se onde hoje está instalado o 1º Batalhão de Polícia do Exército. O antigo Hospital do Andaraí, com 10 edificações, ocupava em 1889 área de 167m de lado, pela Barão de Mesquita.

Laboratório Químico-Farmacêutico Militar (LQFM)

Ocupava, desde 1878, um sobrado antigo da rua Evaristo da Veiga, 95. Fora criado pelo Ministro da Guerra, Duque de Caxias, em Dez 1877, anexo ao Hospital Militar no Morro do Castelo. Em 1889, era dirigido pelo tenente Dr Augusto César Diogo, farmacêutico militar, formado pela Faculdade de Farmácia de Ouro Preto e que esteve à frente do estabelecimento por 14 anos, até 1901. O Laboratório conquistou para o Exército, até 1889, a Medalha do Progresso na Exposição Nacional de 1875 e o Diploma

de Honra na Exposição Científica do Rio de Janeiro de 1884. O Laboratório Químico-Farmacêutico Militar deu origem ao atual Laboratório Químico-Farmacêutico do Exército, que possui suas raízes na botica do Hospital Militar da Corte, depois transformado em Laboratório Químico-Farmacêutico, ainda dependente daquela Casa da Farmácia Militar até 5 Fev 1887.

Em 1889, o Laboratório aviou 8.451 receitas e fez 115 suprimentos a outras enfermarias e unidades do Exército.

Esta estrutura de saúde foi a que apoiou o Marechal Deodoro, através de seu irmão, coronel Dr João Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde do Exército, antes, no dia e após a Proclamação da República. Pois sabe-se, segundo o general Alberto Martins da Silva, que no dia 14 Nov Deodoro foi acometido mais uma vez de violento **"ataque de asma brônquica"**, que quase o levou à morte, obrigando-o a recolher-se e passar até às 2230 horas da noite de 14/15 Nov, na casa do seu irmão Dr Severiano, no Andaraí. E foi atacado por este mal que Deodoro, num esforço sobre-humano de superação da doença, atuou decisivamente em 15 Nov.

Recorde-se que no dia 15 Nov, Deodoro, minado por doença desde a Guerra do Paraguai, levantou-se da cama em sua casa, fardou-se de Marechal e embarcou sem espada numa caleça, levando seus arreios até encontrar-se com a 2º Brigada na altura da Companhia Estadual de Gás, e montar, próximo à Casa da Moeda, o seu cavalo para o seu grande encontro com a História, em 15 Nov 1889, sem decepcionar, pela doença, seus irmãos de armas do Exército, Armada, Polícia e Bombeiros.

Associação de Militares do Exército e Marinha — 1889 Clube Militar

O Clube Militar, à rua do Ouvidor 155, integrado por oficiais da Armada e do Exército, teve papel decisivo no movimento que culminou com a República, proclamada por seu Presidente, o Marechal Deodoro. Em reunião de 9 Nov 1889, com 116 sócios, sob a **presidência do tenente-coronel Benjamin Constant, por estar doente o Marechal Deodoro, "a Assembléia conferiu-lhe poderes para atuar junto ao Governo no sentido de pôr fim à reação contra o Exército, levando o problema até as últimas consequências"**.

Em sessão anterior, dia 5, foram admitidos no Clube Militar os principais oficiais envolvidos na conspiração republicana.

Para darem força às deliberações, oficiais que participaram da Assembleia e integrantes da 2º Brigada do Exército (1º RC e 2º RAC) e mais alunos da Escola Superior de Guerra, firmaram pactos de sangue, em 14 Nov, em apoio, sem reservas, a Benjamin Constant, para lutarem **"contra o espezinhamento e aniquilamento do Exército"**. Este estado de ânimo foi exacerbado com boatos, como este, às vésperas de 15 Nov, do major Sólon Ribeiro, na rua do Ouvidor, de que **"o governo acabava de resolver, não só o embarque de várias unidades sediadas no Rio de Janeiro, para diversos pontos do Brasil, bem como a prisão do Marechal Deodoro e de Benjamin Constant, dirigentes mais importantes do Clube Militar"**.

O Clube Militar fora fundado em 26 Jun 1887, sob a Presidência do Marechal Deodoro, como desaguadouro da **Questão Militar (1881-87)**. Quatro meses depois, ele assinou petição à Princesa Isabel pedindo para liberar o Exército do encargo da captura de escravos fugidos, fato decisivo para a Abolição, em 13 Mai 1888. Os dois citados dirigentes do Clube Militar foram decisivos na Proclamação e no encaminhamento do regime republicano.

Ruy Barbosa, mais tarde, em 1922, em discurso no Clube Militar, referiu que dali saíram a Abolição e a República.

Irmandade de Santa Cruz dos Militares

Os irmãos militares desta Irmandade da Marinha e do Exército tiveram papel expressivo na conspiração. Por esta razão, as tropas do comando de Deodoro a incluíram no seu roteiro, após a deposição do Gabinete no QG do Exército, ao desfilarem a sua frente, depois de fazerem o mesmo em relação aos Clubes Naval e Militar.

Em 1881, os oficiais do Exército e Armada fundaram um Diretório Militar que se reunia no consistório da Igreja. Dele participavam Deodoro e outros oficiais, segundo

Garcez Palha. Eles objetivavam obter solução para os problemas sociais e profissionais que afligiam a classe e que não eram atendidos pelo governo, elegendo militares deputados. Não tiveram acolhida no eleitorado. Antes da fundação dos clubes, era na Irmandade que se reuniam grupos de conspiradores militares republicanos. Este fato se repetiria na Revolução de 1930. A igreja se origina de capela erigida em 1623, no local do forte de Santa Cruz, construído em 1585, e destinada ao sepultamento de militares.

Situava-se à rua 1º de Março, 36, homenagem ao dia 1º Mar 1870, que assinalou o fim da Guerra do Paraguai, após a qual o Duque de Caxias foi seu provedor e teve de pacificar parcialmente uma crise, entre a devoção da Piedade e a Irmandade, proveniente da provedoria anterior, e que envolvia em seu bojo o Imperador e a Imperatriz.

Clube Naval

A conspiração republicana teve curso entre oficiais da Armada no âmbito do Clube Militar, sob a liderança do Chefe de Divisão Eduardo Wandenkolk.

Benjamin Constant conspirou no Clube Naval, em 14 Nov, à noite. No dia 15, pela madrugada, despachou a cavalo os alferes alunos Tasso Fragoso e Cândido Rondon com a senha "**Roma**", e mensagem que foi entregue ao Clube Naval, onde se reuniam secretamente líderes da conspiração na Armada. Mensagem "**dizendo esperar todo o patriótico concurso da Armada, para proteger o desembarque dos fuzileiros navais**". A resposta foi positiva!

Ele abrigou, em 26 Jun 1888, a fundação do Clube Militar. D. Pedro II era Presidente de Honra do Clube. Em 17 Dez foi destituído respeitosamente desta condição e seu retrato destinado à Biblioteca do Clube, "**como homenagem e sinal de lembrança por estar seu nome gravado no coração dos brasileiros**".

Participação da Armada na Proclamação da República — 1889 Ministério da Marinha

Os acontecimentos não o envolveram diretamente em 15 Nov. Apenas seu titular, o Barão de Ladário, quando se encaminhava pela 3º vez para a reunião do Gabinete Ouro Preto, no QG do Exército. Percebido por Deodoro, este mandou seu Ajudante -de- Ordens detê-lo. O Barão de Ladário reagiu corajosamente. Acionando uma pistola de dois canos, desferiu um tiro no Ajudante- de- Ordens e outro em Deodoro, errando ambos. Houve reação e ele foi ferido levemente a bala. Não foi morto por ordem de Deodoro — "**Não atirem neste homem!**" O Barão foi medicado no hoje Palácio do Itamarati. Mais tarde, com grande senso de humor, comentava a sua má pontaria.

O 1º Ten Raul Atto comandou um grupo de aspirantes da Escola Naval da Ilha das Enxadas, que juntou-se a seus colegas da Escola Superior de Guerra, no Campo de Santana. Foi o tenente da Armada José Augusto de Vinhaes que, por ordem de Deodoro, tomou conta do Telégrafo no Campo de Santana. Na Escola Naval alguns professores

havam criado simpatia à República entre os aspirantes. A data de 15 Nov só foi decidida pelos líderes Deodoro e Quintino Bocayuva, depois de Benjamin Constant a haver combinado na noite de 14 Nov, **"com seus amigos do Clube Naval"**. Na manhã de 15 Nov, a canhoneira **"Carioca"** navegava entre o Arsenal e a Ilha das Cobras, protegendo o desembarque dos fuzileiros e marinheiros. Foi o 1º tenente João da Silva Retumba, bibliotecário do Clube Naval, que comandou as metralhadoras que dominavam a entrada do QG do Exército e que aderiu a Deodoro. A República foi feita com o concurso efetivo da Armada, circunstância que Benjamin Constant sempre enfatizava no ato de deposição do Gabinete Ouro Preto, por Deodoro, no QG do Exército.

Arsenal de Marinha

Situava-se onde hoje está instalado o 1º Distrito Naval. Na madrugada de 14/15 Nov, nele se instalou mais da metade do Gabinete Ouro Preto. Foi junto ao seu histórico portão que terminou o desfile das tropas do Exército, Armada, Polícia e Bombeiros que, no QG do Exército, apoiaram a deposição do Gabinete Ouro Preto. Desfile ao comando de Deodoro, que percorreu as ruas da Constituição — Largo do Rossio (sede do Clube Naval) - rua do Ouvidor (sede do Clube Militar) — rua 1º de Março (sede da Igreja Santa Cruz dos Militares), até fazer alto na altura do Arsenal de Marinha. Ai, Deodoro desceu do seu cavalo baio nº 6, adentrou o portão do Arsenal e sob ele abraçou, cordialmente, o Barão de Santa Marta, Ajudante-General da Armada, e os chefes de Divisão Wandenkolk e Foster Vidal, Diretor do Arsenal. Era a adesão oficial da Armada. Ali, Deodoro fez entrega solene ao Barão de Santa Marta, dos Fuzileiros Navais e Imperiais Marinheiros. A seguir, a tropa desceu a rua Mal Floriano até o Campo de Santana, onde foi liberada a destinos. Deodoro recolheu-se a sua casa, muito doente, às 14:00 horas. **"Do desfile participaram lideranças republicanas civis que bradavam vivas à República, que eram secundados pela grande massa popular que se havia reunido nos flancos da coluna de marcha"**, segundo o repórter Ernesto Sena. Na rua do Ouvidor, a tropa fez altos defronte os jornais **Diário de Notícias, Cidade do Rio e Gazeta de Notícias**, para ouvir homenagens através de discursos de Aristides Lobo, Silva Jardim, José do Patrocínio e outros. Não existem fotos desses momentos históricos.

Batalhão Naval (Fuzileiros Navais)

Os atuais Fuzileiros Navais, em 15 Nov, com a denominação de Batalhão Naval, haviam saído de sua histórica caserna na Fortaleza de São José na Ilha das Cobras. Depois de desembarcarem às 05:00 horas da manhã no Arsenal de Guerra, marcharam para o Campo de Santana para cooperar na defesa do QG do Exército, onde se reunia, na Secretaria de Guerra, o Gabinete Ouro Preto. Foi incorporado à 1ª Brigada Provisória do Exército. Eles tomaram posição defensiva defronte e junto ao QG, ao lado do Portão Principal, para o lado da Central do Brasil. Aderiram à tropa comandada pelo Marechal Deodoro tão logo deu-se a adesão ao mesmo, previamente combinada, de seu comandante-general Almeida Barreto. A partir desse momento ela apoiou Deodoro, inclusive no momento mais crítico, quando este precipitou-se a cavalo, através do Portão Principal e temerariamente adentrou o pátio do QG onde, logo a seguir, receberia a adesão de toda a tropa, que passou em revista. O Batalhão Naval incorporou-se às forças sob o comando do Marechal Deodoro que, depois de depor o Gabinete Ouro Preto, desfilou pela cidade com toda a tropa que o apoiava, indo até o Portão do Arsenal de Marinha, onde deu-se, em presença do Ajudante-General e outros oficiais da Armada que apoiaram o movimento republicano, a desincorporação dos Fuzileiros Navais em meio a tocante solenidade. Dali eles voltaram para seu quartel na Ilha das Cobras, que já ocupavam fazia 80 anos.

Corpo de Imperiais Marinheiros

Para atender o QG do Exército onde, na madrugada de 15 Nov estava reunido o Gabinete Ouro Preto, este convocou também os Imperiais Marinheiros aquartelados na ilha de Villegaignon, atual Escola Naval. Eles ocupavam espaço entre o QG do Exército e a Estação Ferroviária, com a frente voltada para a tropa da 2º Brigada do Exército, ao comando do Marechal Deodoro. Outro pequeno grupo guardava as metralhadoras do interior do pátio do QG do Exército, que dominavam a entrada do Portão Principal do mesmo QG, na altura do Pantheon atual. Finalmente, outro agrupamento mais numeroso de marinheiros formou no interior do quartel, à esquerda, no meio do pátio de quem entra, e atrás do 7º Bl. Os marinheiros do lado externo, integrantes da Brigada Provisória, logo confraternizaram com as tropas do Marechal Deodoro. Os que guardavam as metralhadoras não atiraram quando aberto o portão do QG pelo 1º Bl, o Marechal Deodoro precipitou-se através dele, a cavalo, sem espada e com o quepe na mão direita.

Os marinheiros que formavam no pátio logo começaram a obedecer as ordens de Deodoro, terminando por prestar-lhe honras de estilo, junto com as demais que formavam no interior do pátio. O Corpo de Marinheiros, a partir daí, passou a apoiar o Marechal Deodoro, inclusive no ato principal - a deposição do Gabinete Ouro Preto, que logo a seguir teve lugar.

O Corpo de Marinheiros formou depois com as demais tropas e com elas marchou triunfalmente pelas ruas do Rio de Janeiro até ser desincorporada por Deodoro e entregue, simbolicamente, ao Ajudante-General da Armada, Barão de Santa Marta, junto ao portão principal do Arsenal da Marinha.

Corpos de Polícia e de Bombeiros do Rio de Janeiro - 1889 **Corpo Militar de Polícia da Corte**

Na madrugada de 15 Nov, o Corpo Militar de Polícia da Corte, atendendo à convocação do Gabinete Ouro Preto, deslocou-se de seus quartéis às ruas Evaristo da Veiga (Infantaria) e Estácio de Sá (Cavalaria) e passaram a integrar a 1ª Brigada Provisória, tendo tomado posição defensiva no QG do Exército, entre este e a Estação Ferroviária. Parte da Infantaria ocupou o fundo do pátio do QG, à esquerda do portão principal, do lado da Central do Brasil. Os contingentes externos logo aderiram a Deodoro, integrando a 1ª Divisão Provisória, obedecendo ordens do mesmo, para entrar na formatura da 2ª Brigada do Exército. No interior do pátio do QG do Exército, os policiais aderiram ao movimento tão logo Deodoro penetrou a cavalo no interior do QG. Toda a Polícia da Corte aderiu a Deodoro a tempo de apoiá-lo na derrubada do Gabinete Ouro Preto, que teve lugar no 2º pavimento, na Secretaria da Guerra, sobre o portão principal, então no alinhamento do Pantheon.

O Corpo de Polícia em tela se originava de Divisão da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro, criada em 13 Mar 1809, pelo príncipe Regente D. João.

Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro

Forneceu um contingente de 100 homens que se foi postar em apoio ao Marechal Deodoro, defronte ao QG do Exército, entre o 9º RC e uma Guarda do 7º Bl. Foi a única força auxiliar a colocar-se desde o início, francamente, ao serviço do movimento militar, do qual resultou a Proclamação da República.

Corpo Provisório de Bombeiros da Corte - 1856-83

Em 15 Nov 1889, o Gabinete Ouro Preto convocou o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte para defender sua reunião no QG do Exército.

O Corpo marchou a pé de seu quartel, no Campo de Santana, inaugurado em 1864, e onde foi erigido o atual, em 1904. Seu contingente era diminuto e ocupou o fundo do pátio do QG, em paralelo à rua Marcílio Dias.

Ele aderiu ao Mal Deodoro em tempo para apoiá-lo na deposição do Gabinete Ouro Preto. Depois participou da marcha pelas ruas da cidade com as demais tropas, até ser liberado, já com a coluna de marcha, no Campo de Santana.

O Corpo de Bombeiros havia recepcionado em seu quartel, em 8 Nov, no dia anterior ao Baile da Ilha Fiscal e da reunião decisiva do Clube Militar pró-Proclamação da República, a oficialidade chilena do navio de guerra "**Almirante Cochrane**", que testemunhou o ocaso do Império do Brasil.

Anexo D

A QUESTÃO MILITAR

Esclarecimento:

Este assunto foi muito bem tratado pelo Cel Emilio Fernandes de Souza Docca, em **A Questão Militar In::A República Brasileira**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1939; e depois em 19 de julho de 1989, no **Curso de Militares e a República**, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob nossa coordenação e a ser publicado em **Revista do Exército** em 1989, alusiva ao Centenário da Proclamação da República.

Talvez ela tenha sido a principal causa para o advento da República.

Ela surgiu por má interpretação, pelo Governo, da participação dos militares na imprensa, só proibida:

"No trato de assuntos ofensivos a seus camaradas, de censura a seus superiores ou discussão de assuntos de serviço." (Aviso de 4 Out 1859).

Mas não na defesa de militares contra ataques e ofensas de parlamentares, como foi o fulcro da questão, levando Cunha Matos e Sena Madureira a serem punidos injustamente.

A questão foi agravada quando, durante o incidente com Sena Madureira, o governo proibiu os oficiais de se manifestarem pela imprensa, sobre qualquer assunto, sem permissão prévia do Ministro da Guerra.

Antes, Sena Madureira havia declarado:

"No dia que for votada pelo poder competente uma lei que proíba aos militares de se defenderem contra os membros do Parlamento, que parece tem agora o privilégio exclusivo da impunidade dos insultos - neste dia deixarei de pertencer às fileiras do Exército."

Deodoro, sobre o assunto, assim respondeu ao Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho, como Presidente e Comandante das Armas da Província do Rio Grande: **"Não há exploração política nem exaltação de ânimo. Todos oficiais, generais e outros, se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova e vexatória imposição de nos privar de pronta e imediata defesa e têm para isso sobeja razão. Todos reconhecem porque são disciplinados a conveniência da judiciousa proibição de discussão pela imprensa, sobre fatos de qualquer natureza, mesmo particulares, em que envolvam superiores, colegas e inferiores. Ser, porém, privado e punido por pessoas alheias à classe e que não estejam investidas de caráter superior pelo mando administrativo, é duro, humilhante e prejudicial. Peço leitura meu ofício de 3 setembro ao Ajudante-General. Justa é a dor pela imposição com que querem amesquinhar o Exército,**

sempre subordinado e sempre pronto. Sofre a dor o que tem o calo pisado e não aquele que pisa. Se como presidente e comandante das Armas tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratidão, para com a classe os tenho também, porque assim exige a disciplina, moralidade e brio dos soldados que defendem a monarquia. Afianço, a V. Exa. que há calma e afianço também que será uma desgraça a imposição ilegal com que se quer oprimir o Exército. Devo usar de clareza nesta comunicação. A corporação militar da Província deposita em mim, como o intérprete, suas justas queixas e pede o valimento de V. Exa."

Isto cristalizou a classe militar em seu redor e, inclusive, provocou a aliança com Marechal Câmara.

A intransigência e insistência do Governo terminaram provocando, de incidente em incidente, a Proclamação da República pelo Marechal Deodoro.

Ela resultou de um descompasso na formação e equilíbrio dos bacharéis de direito e dos militares na representação legislativa brasileira e na administração pública do Brasil, a concluir-se de Américo Jacobina Lacombe, na citada conferência.

Para Luiz Werneck, "**o governo recusava o acesso dos militares à cidadania**".

FONTES CONSULTADAS

Segunda Parte

Principais fontes consultadas que encaminham o leitor para outras fontes relacionadas com o assunto, caso deseje ampliar seus conhecimentos sobre os temas:

- ANFÍBIO HISTÓRICO. Fuzileiros Navais 180 anos. Edição Especial, Mar 1988.

- ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA. Livro Histórico, 1927-76. Fundado em 29 Jul 1868 e extinto em 10 Jun 1976 (Existente no Arquivo Histórico do Exército).

- BENTO, Cláudio Moreira, Cel 1º RCG - Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História. **Revista Militar Brasileira**, nº 102, Jan/Jun 1972, p. 105-112. (Disponível em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br)

- _____. Cel José Simeão de Oliveira, 1º Secretário do Clube Militar. **Revista do Clube Militar**, nº 280, 1987, p. 26-7. Disponível em Livros .. site www.ahimtb.org.br

_____. Mal Deodoro Estado de saúde, ações e objetivos, em 15 Nov 1889 (Estudo existente no Arquivo Histórico do Exército).

_____. **Quartéis-Generais das Forças Armadas**. Rio de Janeiro:, FHE - POUPEX, 1988 (original ampliado no IHGB e Arquivo Histórico do Exército). Disponível em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br

_____. Marechal Deodoro da Fonseca. **Revista do Clube Militar**. nº 281, 1987.

BEZERRA, Eduardo. **Santa Cruz dos Militares**. Rio de Janeiro:, P. Mendes, 1927.

BOITEUX, Lucas Alexandre. CMG. Corpo de Marinheiros Nacionais, : **Subsídios para a História Marítima do Brasil**. Rio de Janeiro:, Imp. Nac. 1939, v. 2.

BUARQUE, Felício. **Origens republicanas**. Recife, 1894.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. O Ministério Ouro Preto e a República, In: **Perfis Parlamentares**. **Silveira Martins**. Brasília, 1979, p. 77-84.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

COELHO, Thomaz. **Relatório do Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro Imp. Nac. 1889.

COLÉGIO MILITAR - RIO DE JANEIRO - BRASIL. Paris, Ed. Lavollois, 1906 (álbum ilustrado).

CONSTANT NETO, **Benjamin Constant**. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1940.

CUNHA, Epaminondas Ferraz. O Exército no dia 15 de novembro, 1889. A Defesa Nacional, nº 635, 1970.

DEODORO E A VERDADE HISTÓRICA. Rio de Janeiro:, Imp. Nac. 1937.

DÓRIA, Escrangnolle. O antigo Arsenal de Guerra. **Eu sei Tudo**, 1921 (4. ilustradas).

DUNLOP, Charles J. Antônio. Rio de Janeiro, Ed. F. Lemos, 1956, v. 2, p. 51-52.

EDMUNDO, Luiz. Como se fez a República, **In: A República Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1934, pp. 142-178.

ESTADO-MAIOR D EXÉRCITO: O Exército e a República, **in: História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, Sergraf. - IBGE, 1972, v. 2, p. 767-91.

FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen Revolvendo o passado. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 1940.

FONSECA, Clodoaldo. Deodoro e Ouro Preto, **In: Deodoro verdade histórica**. Rio, Imp. Nac, 1937, p. 109-164.

GUIMARÃES, Tiago. Como se fez a República, um interview com o general Quintino Bocayuva. **In: Idéias políticas de Quintino Bocayuva**. Brasília, Senado e Casa Ruy Barbosa, 1986. V. 1, p. 640-46 (textos selecionados por Eduardo Silva).

IMPrensa NACIONAL. O Soldado, **In: Deodoro e a verdade histórica**. Rio de Janeiro: Imp. Nac, p. 29-71.

JARDIM, Antônio da Silva, Propaganda republicana. Rio, Casa Ruy Barbosa, 1978.

JORNAL DO COMMÉRCIO DE SÃO PAULO. 15 de novembro, Reminiscências e restituições históricas, São Paulo, 17 de dezembro, 1963 (Entrevista do Visconde de Ouro Preto).

LACOMBE, Américo Jacobina. A Questão Militar e Fontes Históricas da República. **Revista do Clube Militar**, nº 280, 1987.

MIRANDA, Reginaldo Moreira de. Um grave incidente na Questão Militar. *Letras em Marcha*. Novembro, 1988, p. 9.

MIRANDA, Salm de, Gen Floriano e a conspiração republicana e o 15 de Novembro, **In: Floriano**. Rio de Janeiro:, BIBLIEx,p. 94-128.

MOREIRA, Ilha, Mal Deodoro magnânimo, **in: Deodoro e a verdade histórica**. Rio, de Janeiro: Imp. Nac, 1937, p. 91-8. (Atribui a Deodoro a frase, em 13 Nov "**A República é a nossa única saída, é a salvação do Exército**").

OLIVEIRA, Luiz Maria de Mello. **Estudo sobre armas de fogo portáteis ou Catecismo do atirador**. Rio de Janeiro: Tip. da Escola de Serafim José Alves, rua 7 de setembro, 1880. (Subsídios Laboratório Pirotécnico e Escola de Tiro do Exército).

PMESP. **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio, Jotaneri, 1989.

PONDE, Francisco de Paula e Azevedo, Gen. **Defesa do porto da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imp. Ex., 1967.

PRADO, Francisco Silveira do, Gen. **A Guarda Policial Fluminense**. Rio de Janeiro:, Imprensa do Ex., 1975.

REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO 15º HISTÓRICO. Rio de Janeiro:, Imp. Naval, 1983.

REPÚBLICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro:, BIBLIEx, 1939.

REVISTA DO CLUBE MILITAR, nº 280, 1984. (Edições históricas comemorativas do centenário do Clube).

SENA, Davis Ribeiro, Cel. 17º RC. Mec - Um regimento de glórias. **Revista do Exército**, nº 2, Abr/Jun, 1988, p. 50-53.

SILVA, Alberto Martins, Gen. Abolição — A galharda atuação do Exército. **Revista do Exército Brasileiro**. v. 125, nº 2, Abr/Jun 1988, p. 23-88.

SOUZA, Luiz de Castro. HCE - Berço do ensino médico. (Discurso no HCE, em 23 Ago 1985, no Arq. Hist. Ex.).

SENNA, Ernesto, **Deodoro — subsídios para a História — notas de um repórter**. Rio de Janeiro, 1913, p. 43-44 (Ata Clube Militar de 9 Nov 1889).

SILVA, Hé de Janeílio. Proclamação da República, in: **1889 —A República não esperou amanhecer**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972, p. 87-136.

TAVARES, Aurélio de Lyra, Gen. Aristides Lobo e os militares, in: **Aristides Lobo e a República**. Rio, José Olympio, 1987, p. 66-71.

_____. **História da Arma de Engenharia**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1944.

VIVEIROS, Esther de. A República, in: *Rondon conta asua vida*. Rio de Janeiro: Coop. Cult. Esperantistas, 1969, p. 45.

TERCEIRA PARTE

GENERALÍSSIMO MANOEL DEODORO DA FONSECA O PROCLAMADOR DA REPÚBLICA

Faz um século em 15 de novembro de 1889, numa sexta-feira pela manhã, que o então Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca, liderando tropas da guarnição do Rio de Janeiro (Corte) penetrou no Quartel-General do Exército, local do atual Palácio Duque de Caxias, no Campo de Santana, onde se reunia o Gabinete Ouro Preto. E como feliz desfecho de uma bem urdida, coordenada, sucedida e incruenta conspiração republicana, o Gabinete foi deposto sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. Assim, segundo Calmon, "**Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro**", proclamando a República, à tarde, através do Decreto nº 1 do Governo que passou a presidir, regime consagrado mais tarde pelos Constituintes de 1891.

A proclamação foi o final feliz de pelo menos oito anos de luta de Deodoro em defesa da classe militar e do Exército, como instituição. Luta iniciada em 1881, depois do falecimento dos heróicos generais Osório e Duque de Caxias, com a fundação do Diretório Militar, na Igreja Santa Cruz dos Militares, que tinha como órgão de comunicação o Jornal **O Soldado**. Luta que teve seus pontos culminantes com a Questão Militar, anulação de punições injustas aos coronéis Cunha Mattos e Sena Madureira; fundação do Clube Militar, em 27 de junho de 1887; petição à Princesa Isabel, em 26 de outubro de 1887, pedindo para liberar o Exército de capturar escravos fugidos; reunião do Clube Militar em 9 de novembro de 1889, quando ficou decidida a República e aliança visando a República; em 11 de novembro de 1889, com a liderança civil republicana, na atual e histórica Casa de Deodoro, no Campo de Santana.

Sem Deodoro, com apoio expressivo da Guarnição Militar da Corte, (Exército, Marinha, Polícia Militar e Bombeiros), segundo declarou mais tarde Quintino Bocayuva, líder civil do movimento, "**ainda hoje estaríamos em propaganda republicana, dentro das muralhas do 3º Reinado**." Assim, através do Marechal Deodoro, falaram os inconfidentes mineiros e baianos; os poetas da Inconfidência Mineira, os libertários nordestinos de 1817 e 1824, a quase maioria dos deputados gerais da Regência, os rio-grandenses e catarinenses farroupilhas, os sabinos da Bahia, os convencionais de São Paulo, de 1870 (Itu) e 1873 (São Paulo), os vereadores gaúchos signatários da moção plebiscitária de São Borja, os clubes republicanos brasileiros, os abolicionistas, os militares e, ainda em 15 de novembro de 1889, o povo do Rio de Janeiro (Corte), através de sua Câmara que também proclamou a República.

Quem foi Manoel Deodoro da Fonseca, consagrado como o Proclamador, implantador e 1º Presidente da Centenária República Brasileira e generalíssimo de Terra e Mar, caso único na História do Brasil, além de intérprete líder e defensor inconteste, das prerrogativas, dos brios, honra e interesses da classe militar de 1884-89, no contexto da Questão Militar, de onde emergiu politicamente por suas posições firmes, claras, corajosas e, sobretudo, autênticas, em defesa do equilíbrio de classes na construção do

Brasil, conforme se conclui da magnífica conferência do professor Américo Jacobina, em 19 de julho de 1989, no IHGB, no Curso, **Os Militares e a Política**.

Deodoro era natural de Alagoas, filho da heroína Rosa da Fonseca. Estudou na Escola Militar da Praia Vermelha. Fez toda a Campanha do Paraguai de 1865-70.

Em 1873, em São Gabriel — RS, ingressou na Maçonaria, na Loja Rocha Negra, fundada pelo Conde de Porto Alegre, para promover a abolição e a instrução pública. Neste mesmo ano ele e seus irmãos deram liberdade a todos os escravos da família. Foi uma vida toda consagrada, sem esmorecimento e como religião, aos seus irmãos de armas, ao Exército e à Pátria Brasileira, na paz e na guerra, segundo interpretou o ilustre historiador general Lyra Tavares.

Vida assinalada pela conquista de suas três promoções de oficial superior, por atos de bravura, em lances memoráveis de audácia e coragem militares, durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, além da Medalha do Mérito Militar, pela prática reiterada, na citada guerra, de atos de bravura em combate. Recorde singular entre seus irmãos de armas e de grande repercussão positiva na sociedade civil do seu tempo, de molde a comovê-la. Pois eram tempos nos quais o Brasil travava batalhas decisivas para firmar a unidade, integridade e soberania ameaçadas interna e externamente. O corpo do velho marechal era marcado de cicatrizes de combate. Dentre elas, avultava a do ferimento recebido no encontro da Soledade, na Revolução Praieira, em Pernambuco, e mais o ferimento grave, à bala, recebido no baixo ventre no quadro dos três tiros de fuzil que o atingiram em Itororó, quando, num rasgo de bravura, tentava ajudar a abrir caminho para o Exército sobre aquela histórica ponte.

Ern Itoruró, mesmo ferido, assistiu eletrizado o então Marquês de Caxias, após perceber o momento crítico de Itororó, despir-se de sua condição de líder da batalha e assumir a condição de líder de combate, desembainhar sua já invencível espada de 5 campanhas, brandi-la ao vento, voltar-se firme para o Exército detido e gritar-lhe com energia:

"Sigam-me os que forem brasileiros!"

Ato contínuo, lançou-se veloz com seu cavalo de guerra sobre a ponte, arrastando eletrizado, em sua retaguarda, todo o Exército e indiferente ao perigo.

Hoje, sabe-se que mais pela capacidade de praticar atos de inaudita bravura e desprendimento, como a praticada em Itororó por Caxias, do que por habilidade ou vocação política, é que Deodoro foi escolhido para liderar a proclamação e implantação da República. Fato demonstrado, então, na conquista pessoal que ele fez do velho Quartel-General, atual Palácio Duque de Caxias, defendido por bravos chefes e valorosas tropas do Exército e Marinha, leais ao Império. Deodoro postou-se à frente do Quartel-General, na manhã de 15 de novembro de 1889, no comando da 2ª Brigada de Infantaria e Escola Superior de Guerra, vindas de São Cristóvão.

Pessoalmente e praticamente sozinho, com o boné na mão direita, montado em seu cavalo de guerra, o baio nº 6, e a trote, dirigiu-se para o seu grande encontro com a História, ou seja, para o portão principal do Quartel-General, que encontrou fechado. Em alto brado ordenou, com voz enérgica, que a guarda o abrisse. Obedecido, mas surdo a uma reação defensiva da tropa formada no seu interior, avançou em direção a ela. Ao defrontar o 7º BI, ordenou que a banda abrisse o toque que lhe cabia de direito. Neste momento, um capitão do 7º BI deu um brado: ***"Viva o marechal Manoel Deodoro da Fonseca!"*** Toda a tropa defensora do Império respondeu: ***"Viva! Viva! Viva!"*** Estava, pois, reunificado o Exército, conquistada de fato a República do Brasil, tudo em razão da autoridade moral, legenda de bravo e carisma do marechal. Fora contornado o mais sério obstáculo à implantação da República — a possível reação das defesas do Quartel-General — e, como sentenciou o mestre Calmon, ***"Deodoro então apoderou-se da situação, conquistou o governo e passou a presidir o futuro"***.

A República Brasileira foi conquistada no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana, pela bravura e coragem pessoal de Deodoro e com o seu prestígio no Exército Brasileiro.

Segundo o acadêmico Lyra Tavares, **"Deodoro nasceu para o comando e ignorava os manejos e acomodações políticas"**. Mas não se entenda isto como por falta de inteligência, sobre a qual falou Ruy Barbosa:

"Deodoro era uma inteligência clara, lúcida e penetrante, jamais lhe expliquei problema algum que logo não o compreendesse".

Além de bravo e inteligente, era humano. Contam que recusou a aceitar um entendimento com D. Pedro II, na madrugada de 15 de novembro, por quem ele e toda a família Fonseca nutriam apreço, admiração e alguns até mesmo veneração, sob o humano argumento:

"Eu não posso ir. Eu não devo ir. Pois se eu for, o velho Imperador chora. Aí eu também choro. E nesta altura, tudo estará perdido! Não vou!"

Era o homem que naquele momento revelava-se sentimental, como quando perdeu a mãe, aos 49 anos, que no dizer de seu biógrafo, o historiador militar Roberto Piragibe da Fonseca, **"sentiu-se dias e dias como um órfão-criança."**

Sobre a disciplina militar, em defesa da classe, na Questão Militar, ele expediu o seguinte conceito numa resposta ao Governo:

"A disciplina militar exige o brio e a dignidade da farda do soldado. Sem o brio e a dignidade, o soldado não cumprirá o dever que lhe é imposto — o dever de sangue!" E prosseguiu:

"Sabe perfeitamente o que é disciplina militar somente aquele que, no horrível momento do combate, tem a responsabilidade, a mais elevada, a mais difícil e incompreensível, que é a do soldado. E se ao soldado faltar o brio, a dignidade e o amor próprio — o que restará? "

Admirador de gestos de hombridade e de coragem moral, quando do embarque para o exílio do visconde de Ouro Preto, que ele depusera do Governo para implantar a República, mandou-lhe dizer, pelo seu irmão João Severiano, **que era testemunha do seu comportamento digno e altivo quando da Proclamação e que por isso o admirava, apesar de estarem em campos opostos.**

Em carta ao imperador, em 5 Fev 1888, procurando defender de perseguições, das quais continuavam a ser vítimas alguns militares, escreveu:

"Senhor! A obediência do soldado não é cega. Ela não vai até ao próprio aviltamento. O soldado é obediente, mas não é servil. E aquele que não repugnar atos de baixa e servilismo não é digno da classe militar a que pertence, não é digno da farda que veste, a qual V. M. Imperial honra, vestindo-a".

Aqui, queremos deixar claro, com apoio no mestre Gen Jonas Correia, que Deodoro foi antes de tudo um soldado. Nasceu soldado, viveu exemplarmente como soldado e morreu como soldado. E como tal, um dos nossos maiores, deve ser julgado pelo tribunal da História do Brasil.

Ele faleceu em 23 de agosto de 1892, aos 65 anos. Levou para o túmulo somente a modesta medalha da **Confederação Abolicionista**, recebida por sua ação à frente do Clube Militar, quando assinou petição antológica à princesa Isabel, relativa à liberação do Exército do encargo de prender escravos fugidos.

Ao morrer, sem descendência, seu testamento foi avaliado em 11 contos de réis, e constante de uma casinha num arabalde de Niterói, avaliada em oito contos, um par de abotoaduras de punho, um botão de peito de camisa e o mobiliário da modesta casa de aluguel, onde faleceu, em Botafogo, tudo confirmado sobre ele, conforme verseeu Tobias Barreto:

"Deixai que eu pague o atributo que mais fala ao coração. Deodoro, águia sem rapacidade! Grande herói sem ambição! !"

Para finalizar, recorde sua resposta ao Barão de Cotegipe, em 4 de outubro de 1886, em plena Questão Militar, na condição de Presidente e Comandante-das-Armas da Província do Rio Grande, ao ser acusado de estar sendo instrumento de exploração política republicana, ao sair em defesa do direito consagrado dos militares se manifestarem pela imprensa sobre assuntos que não envolvam ofensas a seus camaradas.

"Não há exploração política nem exaltação de ânimos. Todos oficiais, generais e outros, se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova e vexatória imposição de os privar de pronta e imediata defesa e têm para isso sobeja razão. Todos reconhecem, porque são disciplinados, a conveniência da judiciosa proibição de discussão pela Imprensa, sobre fatos de qualquer natureza, mesmo particulares, em que envolvam superiores, colegas e inferiores. Ser, porém, privado e punido por pessoas alheias à classe e que não estejam investidas de caráter superior pelo mando administrativo, é duro, humilhante e prejudicial. Peço leitura meu ofício de 3 setembro ao Ajudante-General. Justa é a dor pela imposição com que querem amesquinhar o Exército, sempre subordinado e sempre pronto. Sofre a dor o que tem o calo pisado e não aquele que pisa. Se como Presidente e Comandante-das-Armas tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratidão, para com a classe os tenho também, porque assim exige a disciplina, moralidade e brio dos soldados que defendem a Monarquia. Afianço a V. Exa. que há calma e afianço também que será uma desgraça a imposição ilegal com que se quer oprimir o Exército. Devo usar de clareza nesta comunicação. A corporação militar da Província deposita em mim, como seu intérprete, suas justas queixas e pede o valimento de V. Exa."

Este ofício teve grande repercussão nacional e provocou a aliança dos marechais Câmara e Deodoro. Daí, à Proclamação da República, foi um passo. Os incidentes Governo e Exército foram tantos que a Proclamação da República foi imperativo de sobrevivência do Exército, como instituição nacional permanente.

Assim, Deodoro, entre a amizade e fidelidade ao Imperador e a extinção do Exército e espezinhamento da classe multar, ficou ao lado dos interesses do Exército e da sua classe.

Conta-se a história sobre uma ratazana que era constantemente atacada por um gato faminto que, a cada vez que agia de surpresa, matava vários ratos.

Para enfrentá-lo, foi decidido, numa assembléia dos ratos, uma estratégia para conjurar aquela grave ameaça.

A idéia salvadora, e unanimemente aprovada, foi a de que um rato corajoso e desprendido deveria tentar colocar um guizo no pescoço do gato. Assim, sempre que este fosse atacar, o guizo alertaria os ratos para o perigo iminente e conseqüente fuga.

O entusiasmo na assembléia foi grande e contagiante, até que um rato perguntou:

— Está tudo bem! Mas quem irá colocar o guizo no pescoço do gato?

Houve um clima de expectativa, seguido de desânimo geral. Não se apresentou nenhum rato para a perigosa aventura!

Meus senhores! Qualquer semelhança do que irei afirmar é mera coincidência, guardadas as devidas proporções e respeito, aproveito a eloqüência desta estória para proclamar:

O Marechal Deodoro foi, entre os republicanos brasileiros, à semelhança da estória dos ratos, o elemento decisivo, corajoso e desprendido que faltou naquela mencionada assembléia. Ele decidiu jogar tudo numa cartada arriscada e perigosa, em benefício da coletividade. E isto, e somente isto, basta para consagrá-lo entre os

grandes brasileiros, como o grande e valoroso soldado brasileiro que proclamou a centenária República Brasileira. Justiça histórica se lhe faça, pois!

Deodoro, penso, foi o brasileiro ideal e providencial para liderar o advento pacífico e com o mínimo de traumas possíveis da Centenária República Brasileira.

Ele é credor, em grande parte, do mérito contido neste comentário do Jornal a *Província de São Paulo*, de 16 de novembro de 1889.

"Nunca uma República foi proclamada com tanto brilhantismo e tanta paz".

NOTA IMPORTANTE

O presente trabalho do autor foi uma palestra proferida em 27 de julho de 1989 no IHGB, sob a Presidência do 2º Vice-Presidente da Casa, general Edmundo de Macedo Soares e Silva, no encerramento do curso — **Os Militares e a Proclamação da República**. Foi o último ato público a que compareceu o ilustre brasileiro, pai da moderna siderurgia no Brasil, antes de falecer. A esposa do general é da família do Marechal Deodoro. Macedo Soares foi Presidente da Confederação Nacional da Indústria e faleceu como Presidente, no 2º mandato, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

AUTOR

CLÁUDIO MOREIRA BENTO
Coronel Eng. QEMA

Nasceu em Canguçu - RS, em 19 Out 1931. É membro dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro, de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB); Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro; de Minas Gerais; São Paulo; Paraná; Santa Catarina; Rio Grande do Sul; Mato Grosso e da Cidade de Pelotas; Histórico de São Leopoldo e das Academias Brasileira de História; Rio-Grandense de Letras e Itajubense e Canguçuense de História. É sócio efetivo da Ordem Velhos Jornalistas e do Instituto dos Centenários e do Bolivariano — RJ. Possui o curso de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Coordenou, em 1970-71, a construção do Parque Histórico, Nacional dos Guararapes e a Operação Guararapes do Projeto Rondon. Integrou de 1971-74 a Comissão História do Exército Brasileiro do EME, que teve a seu cargo o projeto, coordenação e edição da História do Exército Brasileiro, comemorativa do Sesquicentenário da Independência. Presidiu comissão que editou número especial da *Revista Militar Brasileira*, comemorativa do bicentenário do forte de Coimbra e representou o Exército na cerimônia de deposição, em 1976, no monumento do Ipiranga, dos restos mortais de nosso primeiro Imperador. Integrou, na AMAN, comissões evocativas dos centenários de falecimento do General Osório e Duque de Caxias. Presidiu Comissão que estudou a criação do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana. Foi instrutor de História Militar da AMAN no triênio 1978-80, quando teve editado pelo Estado-Maior do Exército, sob a forma de manual, o ensaio **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. É autor de 21 livros e plaquetas e cerca de 1000 artigos sobre História Militar do Brasil e em especial a do Exército, publicados em periódicos brasileiros civis e militares. Foi premiado pelo Governo do Rio Grande do Sul, no Biênio da Colonização em 1974-75, com os ensaios **Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul** e com **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul**, no qual enfatizou aspectos histórico-militares da contribuição do negro. Ao longo de sua carreira militar, iniciada em 1950, serviu nas seguintes guarnições militares: Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo, Cachoeira do Sul, Bento Gonçalves, Rio de Janeiro,

Recife, Brasília, São Paulo, Resende e Itajubá, onde comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate. Possui as seguintes condecorações: Medalha do Pacificador; Grande Medalha da Inconfidência; Medalha de Ouro Oficial do Mérito Militar, além das de Santos Dumont, conferida por Minas Gerais, e a do Sesquicentenário da PMSP e, Marechal Deodoro da Fonseca, por Alagoas. Recebeu, por unanimidade, em 2 Out 1982, da Câmara Municipal de Itajubá -MG, o título de cidadão Itajubense, em reconhecimento a relevantes serviços prestados àquele município e nele haver-se destacado por atuação exemplar na vida pública e privada. Possui a comenda J. Simões Lopes Neto, conferida em 1986, pela cidade de Pelotas, por suas contribuições à História, Tradição e Folclore do RGS. É autor, também, da obra **As Batalhas de Guararapes - Análise e Descrição Militar** (UFPE-1971) e do capítulo referente às guerras holandesas da História do Exército Brasileiro (EME-1972) e da **História Brasileira através dos Fortes**, entre outras. Preside o Instituto de História e Tradições do RGS que idealizou e fundou a 10 Set 1986, Sesquicentenário do Combate do Seival - o berço da República Brasileira. Dirige o Arquivo Histórico do Exército, a Casa da Memória Histórica do Exército, desde 1985, onde desenvolve projeto relativo à História Científica do Exército e integra comissão de História do Exército. Bibliotecário do IGHMB, que marcou o cinquentenário da entidade, em 1986, com a organização de sua biblioteca à base de obras de seus membros e da microfilmagem e indexação da revista da entidade, além de sua classificação à luz de Sistema de Classificação de Assuntos de História do Arquivo Histórico do Exército. Foi Diretor Cultural da Revista do Clube Militar, onde desenvolveu, em equipe, diversas iniciativas visando a marcar historicamente, em 1987, o centenário dessa tradicional entidade. É aspirante da Turma Aspirante Mega – 15 fev 1955. Foi orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na Comemoração do Centenário do Mal Mascarenhas de Moraes - Comandante da FEB (RIGHB, nº 344, Jul/Set 84, p.. 119-136). Acaba de vencer concursos literários. Um, internacional, promovido pela **Military Review**, do Exército dos EUA, com o artigo - O papel do Exército no Desenvolvimento Nacional: O Exemplo Brasileiro E o outro pela BIBLIX, sobre o Exército e a Abolição.

Representante do Exército na Comissão Organizadora da Exposição Comemorativa do Centenário da República na Presidência da República (BE nº 32 de 2 Ago 88) e membro da Comissão Pró-Memória da Engenharia Brasileira.

PRINCIPAIS TRABALHOS DO AUTOR

Livros

- 01- As batalhas dos Guararapes. Recife, UFPE, 1971, 2v.
- 02- A grande festa dos Lanceiros. Recife, UFPE, 1971
- 03- Símbolos do Rio Grande do Sul. Recife, UFPE, 1971
- 04- Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IEL, 1975
- 05- O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IEL, 1975
- 06- Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro, Brasília, EME-EGGCF, 1978
- 07-Canguçu reencontro com a História. Porto Alegre, IEL, 1984

Álbuns

- 08-A História do Brasil através de seus fortes. Porto Alegre, GBOEX, 1982

- 09-Escolas de Formação de Oficiais das FFAA. Rio, FH-POUPEX, 1987
 10-Quartéis-Generais das FFAA. Rio, FH-POUPEX, 1988
 11- A Guarnição do Rio de Janeiro na Proclamação da República, Rio, FH-POUPEX, 1989

Plaquetas

- 12-Centenário Término Guerra do Paraguai. Maceió. Trib. Contas, 1972
 13- Tradição e Disciplina. Fortaleza, UFCE, 1971
 14 A Conquista da Amazônia. Rio, DNF, 1973
 15-O Libertador do Acre. Belém, SUDAM, 1973
 16-Sesquicentenário da Polícia Militar de São Paulo, São Paulo, PMSP, 1981
 17-O mineiro cérebro da Revolução Farroupilha. Itajubá, EFEI, 1981
 18- Síntese histórica do 4º BE Cmb. Itajubá, 1981
 19-Sesquicentenário do Combate do Seival. Rio, Monasa, 1988
 20- Centenário de Conrado Ernâni Bento. Canguçu, 1988
 21- Porto Alegre sítios farrapos e administração de Caxias, Brasília, EGGCF, 1989

Trabalhos inéditos

- 22- gaúcho fundador da Imprensa Brasileira
 23-O Exército Farrapo e seus chefes
 24-A Revolução Farroupilha e seu líder
 25-A Guerra de Restauração do Rio Grande pelo general Henrique Bõnh
 26- Memória da música militar brasileira



Cláudio Moreira Bento, consagrado historiador militar e estudioso da História Militar do Brasil, aborda neste trabalho os antecedentes que levaram o Exército a ter papel decisivo na mudança da Monarquia para a República; aspectos marcantes do estágio atingido por ele, em 1889, em Ciência e Arte Militar; a atuação da Guarnição do Exército do Rio de Janeiro (Corte), com os apoios recebidos da Armada (Marinha), Polícia Militar e

Bombeiros do Rio de Janeiro e Clubes Militar e Naval para a vitória pacífica e incruenta da histórica jornada de 3 de Novembro de 1889, bem como a projeção histórica da obra neste dia do Marechal Deodoro da Fonseca, o proclamador. junto com traços expressivos de sua trajetória de bravo soldado e herói guerreiro brasileiro.